10° Encontro de Lideranças discute desenvolvimento do Extremo Noroeste do Paraná em Loanda



a manhã de sexta-feira (19), Loanda, sediou o 10° Encontro de Lideranças para o Desenvolvimento Regional do Extremo Noroeste do Paraná, reunindo prefeitos, parlamentares, representantes de entidades do setor produtivo e membros do governo estadual.

O evento foi promovido pela Sicredi Rio Paraná com o obietivo de debater propostas e apresentar reivindicações para o fortalecimento da região. Na abertura, o presidente da cooperativa de crédito, Jorge Guedes, ressaltou a importância da mobilização conjunta: "Estamos trabalhando para que o extremo noroeste paranaense consiga explorar seus potenciais e sejam atendidas suas demandas".

COOPERATIVISMO EM DESTAQUE

O presidente executivo da Cocamar, Divanir Higino, foi um dos primeiros a se pronunciar e destacou a relevância do cooperativismo para o setor agropecuário. Ele lembrou a longa presença da cooperativa na região, que atua com recebimento de produção, comercialização de insumos e assistência técnica aos produtores.

Higino reforçou o compromisso da Cocamar com o desenvolvimento regional, citando iniciativas de impacto, como a introdução da citricultura na década de 1980 e a difusão do sistema Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). Também mencionou a criação, em parceria com o governo estadual. de um programa de incentivo à irrigação para ampliar a produtividade local.

IRRIGAÇÃO COMO

SEGURANÇA AO PRODUTOR Na mesma linha, o gerente técnico comercial de irrigação da Cocamar, Thassio Monteiro, destacou os benefícios da tecnologia para garantir estabilidade às colheitas. "O produtor precisa decidir se deseja trabalhar com mais segurança ou continuar arriscando seu patrimônio a cada safra", alertou,

lembrando que os eventos cli-

13 h 30

14 h 30

14 h

15 h

APRUCITY

SEBRAE

máticos extremos têm causado prejuízos recorrentes.

O presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), Natalino Avance de Souza, também falou sobre o tema. Segundo ele, o Estado estuda novas políticas públicas para estimular investimentos em irrigação. "O Paraná é o segundo maior produtor de alimentos do país, mas somente 5,4% de sua agricultura é irrigada", observou.

ANÚNCIOS PARA INFRAESTRUTURA

O encontro foi encerrado com anúncios do secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Márcio Nunes. Ele informou que estradas vicinais da região receberão pavimentação e que a construção de pontes reivindicadas pelas lideranças deve ser confirmada em breve. Entre os projetos em análise está a ponte ligando Santa Cruz de Monte Castelo a Ivaté, proposta entregue ao governo pela Cocamar. Fonte: Cocamar



Nova Esperança, Terça-feira, 23 de Setembro de 2025

MARINGÁ

Concurso 'Caçadores de Lixo Perdido' promove reflexão sobre responsabilidade coletiva do lixo gerado



Com criatividade e educação ambiental, a competição envolveu voluntários na busca por resíduos inusitados durante 'Dia Mundial da Limpeza'

que uma bola de sinuca. uma fantasia de personagem e até uma camisola têm em comum? Todos foram encontrados em locais impróprios, descartados de forma irregular e recolhidos durante o concurso 'Cacadores de Lixo Perdido', realizado no Dia Mundial da Limpeza, no sábado, 20. A iniciativa, que uniu diversão, criatividade e educação ambiental, mostrou que cada objeto abandonado carrega uma pergunta coletiva: de quem é a responsabilidade pelo lixo produzido?

A proposta do concurso era

curiosos recolhidos durante a ação e premiar os voluntários nas categorias 'Fantasia e uniforme', 'Brinquedos e objetos', 'Inusitados' e 'Amor'. "A atividade estimulou olhares atentos, mas principalmente provocou a reflexão sobre como pequenas escolhas individuais têm impacto direto no meio ambiente", destacou o prefeito Silvio Barros.

O concurso mobilizou 94 pessoas em registros criativos. Entre as descobertas, chamaram a atenção um cavalo de borracha, acessórios íntimos, uma carta e até páginas de um diário. O voluntário Sidnei Garcia foi o grande destaque ao encontrar um uniforme de uma instituição de ensino de Brasília abandonado próximo a um fundo de vale. Um item que percorreu quilômetros até parar, de forma indevida, no lugar errado. "Essa ação reforça que todos nós temos a responsabilidade de cuidar do planeta", destacou o vencedor.

Para o diretor-presidente do Instituto Ambiental de Maringá (IAM), José Roberto Behrend, o concurso trouxe um recado claro: a mudança só acontece quando cada pessoa assume seu papel. "Cuidar do meio ambiente é, acima de tudo, um ato de amor pela cidade e pelas futuras gerações. Pequenas atitudes, quando multiplicadas, transformam realidades."

Ação recolheu 38 toneladas de resíduos - Além da conscientização da comunidade, a mobilização trouxe resultados. Os voluntários que participaram do 'Dia Mundial da Limpeza' recolheram 38 toneladas de resíduos em 17 locais espalhados pela cidade. No Parque Alfredo Nyffeler, a comunidade realizou a destinação correta de 400 quilos de resíduos eletrônicos. A iniciativa teve apoio do Pra Somar, que realizará a destinação dos itens para reciclagem. Houve ainda o plantio de 250 árvores nativas no Parque do Ingá e em uma área de preservação no Jardim Cidade Monções.

A mobilização reuniu cerca de 900 voluntários de mais de 50 empresas, entidades e órgãos públicos por meio do 'Pacto Verde Maringá'. Foram 600 inscritos e cerca de 300 participantes pelo Rotary Club. O 'Dia Mundial da Limpeza' de 2025 consolidou-se como uma das maiores mobilizações ambientais já realizadas no município. A ação fortalece o protagonismo de Maringá em iniciativas de sustentabilidade, vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e práticas ESG, projetando o município como referência nacional em mobilização cidadã. Credito: Rafael Macri / PMM

Programa Mulher Segura amplia ações no Norte do Paraná e impacta 1,1 mil pessoas



Com foco na proteção contra a violência de gênero e no compate ao uso de drogas, a programação incluiu palestras, encontros com grupos locais de proteção e seminários. As ações uniram instituições públicas e a sociedade civil, oferecendo treinamento a profissionais e conscientizando a comunidade sobre a importância das redes de apoio.

Programa Mulher Segura, promovido pela Secretaria Segurança Pública do Paraná, expandiu sua atuação para municípios do Interior e impactou diretamente cerca de 1,1 mil pessoas na região Norte do Estado. As atividades integraram a Missão Paraná II, iniciativa que fortalece a segurança pública por meio de ações regionalizadas e com enfoque social.

Com atenção especial à prote-

ção contra a violência de gênero e ao combate ao uso de drogas, tras, seminários e encontros com grupos locais de proteção. As ações reuniram instituições públicas e a sociedade civil, proporcionando treinamento a profissionais e conscientização comunitária sobre a importância das redes de apoio.

"O desafio da proteção da mulher vai além das medidas legais. É preciso presença, escuta e transformação social", afirmou o secretário da Segurança Pública, Hudson Leôncio Teixeira. "Cada roda de conversa e cada atividade é uma oportunidade de romper o silêncio e fortalecer vínculos, mostrando que o Estado está ao lado de quem mais precisa."

Em Londrina, as ações tiveram caráter estratégico, incluindo reunião com a Rede de Proteção à Mulher no 5° Batalhão da Polícia Militar, palestra no 2º Colégio da Polícia Militar do Paraná e um seminário na Câmara Municipal. Entre os destaques, esteve a palestra "Mulher Segura", realizada para funcionários da construtora Plaenge - Obra Aura, que discutiu os diferentes tipos de violência de gênero e o ciclo da violência, além do chamado "termômetro da violência".

Cornélio Procópio também recebeu a mobilização, com palestra voltada a adolescentes no 3º Colégio da Polícia Militar e um seminário no Centro Cultural Galdino de Almeida. Já em Santo Antônio da Platina, o programa promoveu um seminário na sede da OAB e levou a palestra "Mulher Segura" ao Zanato Artigos Religiosos, ampliando a abrangência da iniciativa.

De acordo com o coordenador do Programa Mulher Segura, coronel Dalton Gean Perovano, a diversidade de públicos participantes foi um dos pontos altos da edição. "O sucesso de público mostrou que há real interesse em aprender e se proteger. Ter estudantes, mulheres em diferentes contextos e trabalhadores de uma grande empresa participando é prova de que a sociedade quer debater o tema e construir ambientes mais seguros", destacou.

A expansão do programa no Norte do Paraná reforça o compromisso do Estado em unir forças contra a violência de gênero, disseminando informação, fortalecendo redes de apoio e incentivando uma cultura de respeito e proteção às mulheres.

APOIO

ORGANIZAÇÃO



Programação

Recepção **Abertura oficial** Prof. Dr. Marcelo Alessandro Araújo - UEM Eliseu Felipe Hoffmann - Cooperativismo **Paulo Roberto Nogueira Carvalho**

16 h 17 h **Momento Patrocinadores** 18 h **Juca Bala - Palestra Motivacional**

CRESOL EORÇA DA TERRA











PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FLORAÍ

Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 177 - Centro - Cep: 87.185-000 Tel: (44) 3242-8300 / <u>www.florai.pr.gov.br</u> / CNPJ: 75.731.000/0001-60

DECRETO Nº 208/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de pessoal para o cargo do PSS – Processo Seletivo Simplificado, oriundo 0 PSS – Processo Seletivo Simplificado nº.03/2025, de que trata o Edital nº.055/2025, para os fins que especifica e dá outras providendas.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLORAI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferdas por Lei, e de acordo com o estabelecido pela Lei Complementar Municipal sob nº.1566/2021, . 11, II, de 16 de julho de 2021 — Dispõe sobre o Regime de Contratação por Tempo Determinado do nicípio de Floraí:

Nomear, a partir de 23 de setembro de 2025, no quadro temporário de servidores públicos do de Floraí, conforme resultado final e homologação do Processo Seletivo Simplificado PSS nº.03/2025, ta abaixo relacionada.

NOM	E	CPF	CARGA HORÁRIA	CLASS
AILLA INACIO DA CRUZ		087.968.629-18	20 horas semanais	10
urt. 2º - Este Decreto entra en	n vigor na data de si	ua publicação.		
art. 2º - Este Decreto entra en	n vigor na data de si	ua publicação.		
		/		
		/		
urt. 2º - Este Decreto entra en raço Municipal "Osvaldo da Silv		/		



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FLORAÍ

Rua Presidente Getúlio Vargas, nº 177 - Centro - Cep: 87.185-000 Tel: (44) 3242-8300 / <u>www.florai.pr.gov.br</u> / CNPJ: 75.731.000/0001-60

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO (Referente ao Pro nplificado – PSS nº 03/2025)

Aos vinte e dois (22) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), na sede da Prefeitura Municipal de Floraí, Estado do Paraná, compareceu a Sra. Ailla Inácio da Cruz, portadora da Cédula de Identidade nº 9.810.289-2 - SESP/PR e do CPF nº 087.068.629-18, residente e domiciliada na cidade de Floraí/PR, nomeada por força do Decreto Municipal no 208/2025, de 22 de setembro de 2025.

A referida nomeada tomou posse e entrou em exercício imediato no cargo temporário de Médico Veterinário (PSS), apresentando todos os documentos exigidos pelo Edital Convocatório do PSS nº 03/2025, conforme disposto no Edital nº 055/2025, de 30 de julho de

Após haver prestado compromisso de desempenhar com lealdade e dedicação os deveres inerentes ao cargo, cumprindo fielmente as Constituições, as Leis e os regulamentos, e não medindo esforços em prol do Município, foi-lhe dada posse pela Excelentíssima Sra. Edna de Lourdes Carpiné Contin, Prefeita Municipal, juntamente com o responsável pelo Departamento de Recursos Humanos, lavrando-se o presente termo para constar e surtir os efeitos legais

Edifício da Prefeitura Municipal de Floraí, em 22 de setembro de 2025.





CÂMARA MUNICIPAL DE PARANACITY

ADO DO PARANA Pedro Paulo Venério, 973, Centro, CEP 87660-000 | CNPJ: 01.590.290/0001-33 ail: camaraparanacity@gmail.com | Site: camaraparanacity.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Dispensa nº 06/2025

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Paranacity – PR; CONTRATADA: WEBLINE CONSULTORIA LTDA

OBJETO DO CONTRATO: SOFTWARE LEGISLATIVO EM PLATAFORMA WEB (SITE DA CÂMARA): RECURSOS

Programática: 01.001.01.031.0001.2101 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS - 3.3.90.40.00.00 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA

JURÍDICA. Fonte de Recursos: 00001.00001.01.07.00.00.1.501.0000 - RECURSOS DO TESOURO (DESCENTRALIZADOS).

Prazo de execução: 30 dias Valor total da Contratação: R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais)

Dispensa de licitação nº 06/2025;

Legalidade: Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14. 133/21

Paranacity, 22 de setembro de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARANACITY

Leandro Juvenasso

Rua Pedro Paulo Venério, 973, Centro, CEP 87660-000 | CNPJ: 01.590.290/0001-33 E-mail: camaraparanacity@gmail.com | Site: camaraparanacity.pr.gov.br

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA Nº 06/2025

Objeto: Contratação de Software Legislativo em plataforma web (site da Câmara)

O Presidente da Câmara Municipal de Paranacity, Sr. Leandro Juvenasso, em uso de suas atribuições, com base no disposto na Lei Federal nº 14 133/2021 e suas alterações, resolve HOMOLOGAR a DISPENSA DE LICITAÇÃO № 06/2025, na forma física, que tem por objeto contratação de Software Legislativo em plataforma web (site da Câmara) e também ADIUDICAR o objeto em favor da empresa WEBLINE CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPI Nº 19.689.364/0001-59, com o valor total de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais).



Leandro Juvenasso

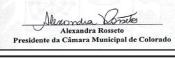


PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 35/2025

TERMO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO № 19/2025

Ratifico o termo de inexigibilidade de licitação nº 19/2025, retro apresentado cujo objeto 02 (duas) inscrições para o Curso " REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (REURB) – Módulo 2.", que será realizado nos dias 24,25 e 26 de setembro de 2025, em Curitiba – PR, mencionados na autorização de licitação nº 35/2025, e homologo-o nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, de modo que seja realizada com a IDADI CONSULTORIA & TECNOLOGIA LTDA.

Colorado, 22 de setembro de 2025.



MUNICÍPIO DE COLORADO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2025.

O MUNICÍPIO DE COLORADO, torna público que às 14 horas do dia 08.10.2025, na plataforma Bolsa Nacional de Compras, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
Caminhão Caçamba Basculante 4x2	1	R\$ 533.566,67	180 dias
Informações e esclarecime	entos relativos ao	edital, modelos e ar	nexos poderão

ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Colorado e na plataforma Bolsa Nacional de Compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Colorado, 22 de setenbro de 2025. Muufiluif ROSIMETRE CHIOTIM PREFEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná CNPJ Nº 76.970.318/0001-67 Antonio Veiga Martins, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

REAVISO DE LICITAÇÃO
PREGAO ELETRONICO № 028/2025 - REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 107/2025
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE INAJÁ, realizará PREGAO ELETRONICO nº 028/2025, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para o objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos de fórmula farmacéutica, com atribuição de beneficio local, para o comércio situado neste município, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municípial de Saúde do Município de Inajá-PR, promovendo o assistencialismo médico e atendimento do receituário fornecido por consultas locais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, para atender as demandas do referido departamento, especificados no (s) Anexo (s) que acompanha (m) o presente edital, de acordo com as normas contidas na Lei Federal nº. 14.133/2021: em sessão pública eletrônica em sessão pública eletrônica Día 66 de outubro de 2025 as 09h, (horário de Brassilia- DF), com aceite de proposta à partir da publicação, atrevés do site hitos://hortal.icitamet.com/br/mem com aceite de proposta à partir da publicação, através do site https://portal.licitanet.com.br/home

Edital estară disponível no site www.inaja.pr.gov.br / poderá ser solicitado no e-mail licitacao@inaja.pr.gov.br

Inajá-PR. 18 de setembro de 2025.

JOAO EDER AGUILAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ Praça Santa Cruz, nº 249 – CENTRO - Fone (44)3243-1157 CNPJ Nº 76.282.649/0001-04 São Jorge do Ivaí – Estado do Paraná CEP 87190-000

EDITAL DE CONVOCAÇÃO **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Os Poderes Executivo e Legislativo de São Jorge do Ivaí, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Parágrafo Quarto do Artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, faz saber a quem interessar, especialmente aos cidadãos maiores de 16 (dezesseis) a quel mitie essar, especialmente aos ciudados maiores de 16 (dezesseir o anos, que fará realizar Audiência Pública para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais referente ao Segundo Quadrimestre do Exercício de 2025, no seguinte local data e horário

- Local: Câmara Municipal de São Jorge do Ivaí
 Data: 25 de setembro de 2025

- Horário: 16 horas

Assim, todos ficam devidamente convocados para participar desta Audiência Pública. São Jorge do Ivai 22 de salembro de 2025. AGNALDO CARVALHO GUIMARÂES Prefeito Municipal

> Dolid Reman Loste
> David Renan Costa Miranda dos Santos Presidente



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2025

REGISTRO DE PRECO

O MUNICÍPIO de Atalaia Pr, Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o a Prefeitura Municipal de Atalaia, Estado do Paraná, por meio do Setor de Licitações, Pregoeiro designado pela Portaria nº 0107/2025, sediada na Praça José Bento dos Santos, 2, Paço Municipal, Bairro Centro, na cidade de Atalaia/PR, CEP: 87630-000, realizará licitação, na modalidade de PRECÃO, na FORMA ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar Federal n. º 123/2006, da Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor, Lei Municipal 1416/2022, além do Decreto Municipal nº 150/2022 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 00:01 hrs do dia 24/09/2025 até às 08h00hrs do dia 07/10/2025.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h55min horas do dia 07/10/2025
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09:00 horas do dia 07/10/2025.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). LOCAL: https://bnc.org.br FORMA DE DISPUTA: ABERTO. PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO: LOCAL E REGIONAL LEI MUNICIPAL 1416/2022.

OBJETO: O objeto da presente licitação é o registro de preços para contratação de empresa para execução dos serviços de locação de escavadeira hidráulica equipada com caçamba, tesoura pulverizadora de entulhos, martelo rompedor, caçamba trituradora, e debastador mecânico de tocos, com operadores e combustível, para atender às necessidades do Município de Atalaia/PR, conforme Termo de Referência e seus anexos.

Valor global máximo R\$ 269.500,00 (duzentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais).

Poderão participar desta licitação os interessados devidamente CADASTRADOS, inscritos no cadastro desta Administração e os NÃO CADASTRADOS, consoante a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e seu regulamento. Não poderão participar empresas em consórcio. Empresas que atenderem ao disposto na Lei Municipal n.º 1416/2022, terá preferência de contratação no empate ficto, conforme artigo n. 1º, § 2º, inciso I e II, letra "a", "b", e "d" desta lei.

AQUISIÇÃO DO EDITAL E ANEXOS

O inteiro teor do Edital poderá ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas – da prefeitura https://transparencia.betha.cloud/#/IKR2wBO510O0hvKMMKC60Q-Banco Nacional de Compras (BNC) https://bnc.org.br.

Prefeitura Municipal de Atalaia/PR, 23 de setembro de 2025 ALTO CARLOS EDUARDO A. MARIANI Prefeito Municipal



PORTARIA Nº 150/2025

Súmula: DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DOS RECURSOS DO RPPS. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSIMEIRE CHIOUIM. Prefeita de Colorado. Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, inciso VI, da Lei Orgânica do Município: RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor DENIS HENRIQUE RODRIGUES DE JEJUS, matrícula nº 19811, ocupante do cargo de Agente Administrativo, como Gestor de Recursos do RPPS, junto ao Instituto da Previdência do Município de Colorado/PR

Art. 2º – O período de afastamento perdura até o fim do mandato eletivo Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as

Colorado, Estado do Paraná. 22 de setembro de 2025 Mullifully ROSIMEIRE CHIOVIM



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO

Estado do Paraná

AVISO DE EDITAL – PREGÃO ELETRONICO - Nº 63/2025

situado na Avenida Brasil, 1.250, em Colorado, Paraná, PREGÃO ELETRONICO, o Registro de Preço para futuro e eventual Aquisição de 02 (duas) motos de 160 cilindradas para entrega de entos no município de Colorado e Distrito de Alto Alegre, Estado do Paraná. A pasta técnica estará disponível através do site: www.colorado.pr.gov.br, portal da transparência, a partir de 23 de setembro de 2025 às 23h59min no sistema BNC. Informações adicionais deverão ser dirigidas à equipe de apoio, no endereço eletrônico

Colorado (PR), 22 de setembro de 2025. Muufduu ROSIMEIRE CHIQUE



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO Estado do Paraná

AVISO DE EDITAL - PREGÃO ELETRONICO - Nº 64/2025

O Município de Colorado torna público que realizará às 08h30min do dia 08 de outubro de 2025, situado na Avenida Brasil, 1.250, em Colorado, Paraná, PREGÃO ELETRONICO, o Registro de Preço para futuro e eventual contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA POÇOS ARTESIANOS E SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. A pasta técnica estará disponível através do site: www.colorado.pr.gov.br, portal da transparência, a partir de 23 de setembro de 2025 às 23h59min no sistema BNC. Informações adicionais deverão ser dirigidas à equipe de apoio, no endereço

Colorado (PR), 22 de setembro de 2025 Muulduu ROSIMEIRE CHION PREFEITA T



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ CNPJ Nº 76.282.649/0001-04 Praça Santa Cruz, nº 249 – fone (44)3243-1157 o Jorge do Ivaí – PR – E-mail: licitacao@pmsjivai.pr.gov.br

Aviso de dispensa de licitação O Município de SÃO JORGE DO IVAÍ, convida os interessados a apresentarem proposta na dispensa de licitação (dispensa por limite (art. 75, II)), cujo recebimento ocorrerá na forma DADOS GERAIS DO PROCESSO

N° PROCESSO 168/2025
 PROCESSO
 168/2025

 ODALIDADE
 dispensa por limite (art. 75, II)

 PROCEDIMENTO
 70/2025

 BJETO
 Prestação de serviços de consultoria de cunho ambiental
 TOTAL R\$ 60.000,00 VALOR TOTAL R\$ 60.000,00 ESTIMADO DE 16.002.17.512.0020.2.050 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - 350 FONTE
RECURSO
CARACTERISTICA
CRITÉRIO
JULGAMENTO
DE Menor preço
JULGAMENTO
ADJUDICAÇÃO
DE Eletrônico (via e-mail)

ESALIZAÇÃO

DE AD CERTA ☐ MÉTODO DE Eletrónico (via e-mail)

DATAS E LOCAIS RELATIVAS AO CERTAME

DE RECEBIMENTO DE RECORDISTRICTOR DOCUMENTOS
LOCAL
RECEBIMENTO
PROPOSTA

DE licitacao@pmsjivai.pr.gov.br SOBRE AS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 ENDEREÇOS E TELEFONE OFICIAL ACESSO À ÎNTEGRA DO TERMO DE REFERÊNCIA (INTEIRO TEOR) NA O ingresso se dará através do envio da proposta e documentos de habilitação exclusivamente através do email licitacao@pmsjivai.pr.gov.br até a data prevista neste aviso SÃO JORGE DO IVAÍ,22 de setembro de 2025



disposições em contrário

PORTARIA Nº 149/2025

Rogario Boriça Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Súmula: CONCEDE AFASTAMENTO PARA EXERCER CARGO ELETIVO DE VEREADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSIMEIRE CHIQUIM, Prefeita de Colorado, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE: Art. 1º - Conceder afastamento para exercício de mandato eletivo de Vereador, sem remuneração, ao Servidor efetivo Sr. BRUNO VIOTTO COSTA, matricula nº 19118, com o cargo de Agente de Veículos Automotores, nos termos do art. 144, inciso I, e Art. 145, ambos da Lei 788/93, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais

> Art. 2º - O período de afastamento perdura até o fim do mandato eletivo. Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as

Colorado, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2025 Mully July ROSIMETRE CHIQUIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ CNPJ Nº 76.282.649/0001-04 Praça Santa Cruz, nº 249 – fone (44)3243-1157 São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: licitacao@pmsjivai.pr.gov.br

Extrato de Contrato

CONTRATO N° 165/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2025 NEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI/PR CONTRATADO: COLORE INDUSTRIA LTDA ME, CNPJ: 54.169.077/0001-19 Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção e reparo de playground infantil instalado no loteamento novo horizonte pertencente ao Município de São Jorge do Ivaí/Pr. conforme descritivos e quantidades constantes no orcamento em anexo.

Valores: R\$ 11.450,00 (onze mil, quatrocentos e cinquenta reais). Dotação Orçamentaria: 14.002.15.451.0019.2.040 - Manutenção de Praças, Parques e Jardins 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Vigência: 365 dias, contatos a partir da assinatura do contrato. Foro: Comarca de Mandaguaçu – Estado do Paraná. Data: 19 de setembro 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARANACITY
ESTADO DO PARANÁ
Rua Pedro Paulo Venério, 973, Centro, CEP 87660-000 | CNPJ: 01.590.290/0001-33
E-mail: camaraparanacity@gmail.com | Site: camaraparanacity.pr.gov.br

EXTRATO DE RESCIÇÃO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 01/2021

A Câmara Municipal de Paranacity, inscrita no CNPJ nº 01.590.290/0001-33, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Leandro Juvenasso, torna público que foi rescindido, de comum acordo, o Contrato nº 01/2021 e seus aditivos, celebrado com a empresa WEBLINE CONSULTORIA LTDA – EPP, cujo objeto é a prestação de serviços de fornecimento, manutenção e suporte técnico de sistemas aplicativos de informática "web" para cadastramento de informações do processo legislativo, hospedagem e manutenção técnica de

A rescisão contratual tem fundamento no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e/ou art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, sendo efetivada em 22/09/2025.

Paranacity, 22 de setembro de 2025.



Editado por Del Grossi & Cia Ltda - EPP CNPJ: 79.989.505/0001-80 NOVA ESPERANÇA, Rua Lord Lovat, nº 521, Fundado em 03/04/1960 COLORADO, Rua Deputado Branco Mendes, nº 549, Fundado em 25/12/1976

Fundado em 03 de Abril de 1960

· Redação e Publicidade -Fone/WhatsApp: 44 | 3252-1177 E-Mail: editais@oregionaljornal.com.br Site: www.oregionaljornal.com.br

Empresas que incentivam a leitura e a informação. Retire seu exemplar gratuitamente nos estabelecimentos:

Ângulo Panificadora União Atalaia Distribuição Avulsa Colorado Distribuição Avulsa

Distrito de Alto Alegre Cruzeiro do Sul Distribuição Avulsa Floraí

Panificadora Doce dos Anjos Distribuição Avulsa Auto Posto Floraí Florida Distribuição Avulsa Inajá
Farmácia Santa Inês
Panificadora Nossa Senhora Aparecida

Itaguajé Supermercado Pontal Quitanda do Marreta **Jardim Olinda** Panificadora Doce Sabor Paguipoko Supermercado **Mandaguaçu** Distribuição Avulsa Shopping KILEGAL **Maringá** Banca Esportiva

Banca Cabiceira Nossa Senhora das Graças Distribuição Avulsa

Panificadora Evangelista
Presidente Castelo Branco Loterias Faraoni Santo Inácio
Açougue São José
Restaurante e Lanchonete 'O Costelão' Santa Inês Auto Posto Santa Inês Panificadora Cantinho do Pão São Jorge do Ivaí Auto Posto Forini Studio Mec Foto e Vídeo Farmácia Farmadin Uniflor

Distribuição Avulsa **Distrito de Fiorópolis** Venda do José Baixinho

Nova Esperança

A Churrascaria Panificadora Cook Auto Posto Sede Alvorada II

Panificadora A Predileta

Nova Líder Pastelaria Panificadora A Preferida

Ourizona

Mercado Bandeirantes

Panificadora e Confeitaria Doce Pão Mercado Vieira

Mercearia Nossa Senhora Aparecida

Paranacity
Italia Panificadora

Paranapoema Auto Posto Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU Estado do Paraná

Paço Municipal "Hiro Vieira" b: Rua Bernardino Bogo, nº 175 - Fone: (44) 3245-8400 CNPJ: 76.285.329/0001-08

DESIGNA SERVIDOR(A) PARA EXERCER A FUNÇÃO DE ENCARREGADO-GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.

Senhor Prefeito do Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná, JOSÉ

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 7.783, de 11 de agosto de 2021, amenta as normas específicas e os procedimentos para a aplicação da Lei Federal 99/2018 no âmbito do Município de Mandaguaçu,

Art. 1º Designar a servidora Cláudia Caroline Vicentini, matrícula nº 201906, para exerce atribuições de encarregada pelo tratamento de dados pessoais, bem como para o cumprimento atividades previstas no art. 41 da Lei Federal nº 13.709/2018.

Art. 2º Como suplente, fica designada a servidora Heloisa Vieira Papa, matrícula nº 201962.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº





Prefeitura do Município de Mandaguaçu

PORTARIA Nº 7576/2025

A Senhora MÁRCIA DIAS CONOR, Secretária Municipal de Administração do Municipio de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuções que lhe são conferidas por lei, e na forma do art. 21, § 6º, da Lei Municipal nº 1746/2011.

Art. 1º COMUNICAR que o índice de gasto com pessoal no Município da Mandaguaçu (PR), no período agosto/2024 a julho/2025, correspondeu a 46,07% (quarenta e seis vírgula sete por cento) de sua Receita Corrente Líquida (RCL), conforme consta no Demonstrativo da Despesa com Pessoal elaborado pela Secretaria de Fazenda, em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação





Prefeitura do Município de Mandaguaçu Paço Municipal "Hiro Vieira" Rua Bernardino Bogo, 175 CEP 87160-266 Fone: (44)3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08

DECRETO Nº 9755/2025

DECRETA:

Programa de Trabalho Elemento	Código Local	Descrição	Fonte	Valor
12.02.15.452.0019.2.020		Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública		
3.3.90.93	748	Indenizações e Restituições	0511	110.000,00
		Total de Suplementações nessa Fonte		110.000,00
15.01.20.122.0024.1.033		Aquisição de Equipamentos Agrícolas		
4.4.90.52	539	Equipamentos e Material Permanente	0847	3,700,000,00
		Total de Suplementações nessa Fonte		3.700.000,00
		Total Geral de Suplementações		3.810.000,00





Fundo Municipal de Saúde Estado do Paraná

ATO DE AUTORIZAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 213/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 061/2025

então de TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE COLORADO (ASDEFIC). COM RENDIMENTOS DA DELIBERAÇÃO 109/2024-COEDE/PA, VINCULADO AO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE COLORADO, PARA INSTITUIÇÃO INSCRITA NO COMDEF, visando atender principalmente os preceitos da nova lei de licitações nº 14.133/2021:

to no artigo 74, caput da Lei Federal nº 14.133/2021 que dispõe o

"Art. 74 - É inexigível a licitação quando inviável a competição;

No uso das atribuições que me foram conferidas em especial ao disposto no art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, **AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** Nº 061/2025, nos termos descritos abaixo

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE COLORADO(ASDEFIC), COM RENDIMENTOS DA DELIBERAÇÃO 009/2024-COEDE/PR, VINCULADO AO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE COLORADO, PARA INSTITUIÇÃO

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS DEPICIENTES PÍSICOS DE COLORADO - ASDEPIC

CNPJ: 80.904.048/0001-63.

VALOR: R\$ 34.000,00 (TRINTA E QUATRO MIL) REAIS

PRAZO DE VIGENCIA: 06 (SEIS) MESES.

PAGAMENTO: será realizado até 10 (dez) dias após a liquidação da nota fiscal/recibo após a ação da respectiva documentação fiscal, devida

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Colorado, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2025.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO Estado do Paraná

ATO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 228/2029

Considerando que o município necessia atender o princípio da economicidade, necessia entido da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LICENCIAMENTO AMBIENTAI.
PARA ELABORAÇÃO E PROTOCOLIZAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA, REFERENTE AO IMÓVEL DE MATRÍCULA № 1.598, LOCALIZADO NA FM 306,

DE TITULARIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO-PR, BEM COMO ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS - PRAD COFORME EXIGÊNCIAS LEGAIS DO ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES,

Considerando o disposto no artigo 75, ínscio II da Lei Federal nº 14.133/2021 que dispõe o seguinte:

"Art. 75 - É dispensável a licitação:

tros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refinm a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;".

14.133, de 1 de abril de 2021, AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 070/2025, nos termos

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ELABORAÇÃO E PROTOCOLIZAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA, REFERENTE AO IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 1.598, LOCALIZADO NA FM 306, DE TITULARIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO-PR, BEM COMO ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS -PRAD, COFORME EXIGÊNCIAS LEGAIS DO ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES

CNPJ: 42.679.797/0001-45.

PRAZO DE VIGENCIA: 12 (DOZE) MESES.

do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021

MUNICIPIS DE COLOR



AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO (ELETRÓNICO) Nº. 32/2025 PROCESSO Nº. 52/2025 TIPO: MEMOR PREÇO POR ITEM EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS EXCLUSIVA "REGIONAL" — MUNICÍPIOS PERTENCENTES A AMUSEP —
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO RAPANAENISE

A Prefeitura Municipal de Uniflor, Estado do Paraná, por meio do Prefeito Municipal, Senhor MAYCON RODRIGO RODRIGUES DE SOUZA, no exercicio das suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que frair sealizar no dia 05 de outubro de 2025, em sessão pública eletrônica a partir das 05830mil floráno de Brasilia - DF), através dos site: www.licitanet.com.br. optiervando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE UMA SALA MULTIMIDIA NA ESCOLA MUNICIPAL MENNIO JESUS, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Int. 3270025.

Informamora que a integra do Edital encontra-se disponível nos endereços eletrônicos www.uniflor.pr.gov.br. – Portal da Transparência, e www.licitanet.com.br

CONFORME DECRETO Nº 97/2025

UNIFLOR/PR, 22 DE SETEMBRO DE 2025.

MAYCON R. R. de SOUZA
MAYCON RODRIGO RODRIGUES DE SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR

CNPJ 76.279.975/0001-62

AVISO DE DIVULGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE GRUPOS FORMAIS OU INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE UNIFLOR, ESTADO DO PARANÁ, conforme discriminado no termo de referência anexo do edital o qual deverá ser minuciosamente observado pelos licitantes quando da elaboração de suas

RECEBIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO: Data final: 13/10/2025

oficiallicitacao@uniflor.pr.gov.br

PROTOCOLO ELETRÔNICO:

SESSÃO INAUGURAL (ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES E DOCUMENTOS): 14/10/2025 AS 09h00min. Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Uniflor/PR

A integra do edital estará disponível no site da prefeitura: http://www.uniflor.pr.gov.br/ Portal da Transparência – menu "licitações"; no PNCP, bem como na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Uniflor-PR, o endereço supracitado.

Uniflor/PR, 22 de setembro de 2025

MAYCON RODRIGO RODRIGUES DE SOUZA PREFEITO MUNICIPAL PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR



CNPJ 76.279.975/0001-62

ERRATA DE PUBLICAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE UNIFLOR, ESTADO DO PARANÁ, torna público, para conhecimento dos interessados, que no EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO publicado em 31 de Agosto de 2025, NO JORNAL "O REGIONAL" EDIÇÃO № 3941, pagina 03, referente a INEXIGILIDADE № 08/2025.
Onde se lê: R\$ 123.391.45 (Cento e Vinte e Três Mil, Trezentos e Noventa e Um Reais e Outranta e Cinea Construer.

INEXIGIBILIDADE № 08/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 29/2025

Leia-se: R\$ 9.376,25 (nove mil, trezentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos)

Uniflor/PR, 22 DE SETEMBRO DE 2025.



PARANACITY PREFEITURA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídioa de direito público interna no CNP1 sub o n° 78.070.3340001-50, por intermédio de seu Pregoeiro(a), designado(a) na legislação vigente, toma público, para conhecimento dos interessados, que realizado; al foit modalidade Dispensa Eletrônica n° 12/2025, fundamento na Lei Federal n° 14.1332/2021, e normas correlatas, conforme as condejões establesidas no instrumento convocatión e demodições establesidas no instrumento.

EMBASAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet, decoração e apresentação musical, para a realização de evento que vista valorizar os funcionários da Educação do Município de Paranacity, Estado do Paraná, que será realizado no dia 14 de outubro de 2025, no Sindicato Rural de Paranacity.

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: até o dia 06/ sessão pública sessão pública.

HORÁRIO: Dãos 8h às 14h (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF).
LOCAL DA DISPUTA: "WWW.LICITANET.COM.BR
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOS PREÇO POR LOTE.
MODO DE DISPUTA: ABERTO, nos termos do art. 56, inciso 1, da Lei n° 14.133/2021.
EXCLUSIVA MEEPPEGGUPRARDAS: SIM.

A ÎNTEGRA DO EDITAL estará disponível no PNCP, no site da Prefeitura: www.paranacity.or.gov.br link portal transparêncial/Processo licitatório ou ainda pelo e-mail lecitaca@gaaranacity.or.gov.br; bem como na Divisão de Licitações e Compras, na sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Pedro Paulo Venério, 1022 — Paranacity/Pr, ou pelo telefone (44) 3483-8100, bem como na platiforma www.licitanet.com.br.

BATISTA 095 45344



PARANACITY

EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2025, CHAMAMETO 006/2025, CONSEQUENTE INEXIGIBILIDADE 10/2025 FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal n.º 14.133/21, de 01/04/2021.

CONTRATO N.º 098/2025 DA CONTRATANTE: PREEFITURA MUNICIPAL DE PARANACITY. DO CONTRATADO: L. MARTINES BORRI & CIA LTDA

OUDEIN: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE PROFISSIONAIS DE ENFERMACEM, INCLUIMOD DE PROFISSIONAIS DE ENFERMACEM, INCLUIMOD DENFERMERIOS E ETÉCNICOS EM ENFERMACEM, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS. DO VALOR: R\$ 229.404,00 (DUZENTOS E VINTE NOVE MIL, QUATROCENTOS E QUATRO REAIS)

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através de depósito em conta corrente do FORNECEDOR, em até 30 (trinta) días úteis, da data da entrega do (s) documento (s) fiscal (s) Notas Fiscais, acompanhada da liquidação dos materiais entregues ou serviços DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES. DO FORO: ELEGE O FORO DA COMARCA DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ.

> JOSE CLAUDIO
> BATISTA:0954534
> 4920
> Animado de forme digital por
> JOSE CLAUDIO
> BATISTA:0954534
> 6/10168 2005.06.22 16:46:54 José Claudio Batista PREFEITO MUNICIPAL

PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ EM 22 DE SETEMBRO DE 2025.



PARANACITY

EXTRATO DO CONTRATO Nº 095/2025, advindo da Dispensa Eletrônica 009/2025 FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal n.º 14.133/21, de 01/04/2021.

CONTRATO N.º 095 /2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY. CONTRATADO: DETEC TECNOLOGIA E INOVACAO LTDA.

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CÁMERAS DE SEGURANÇA PARA OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PARANACITY - PR. DO VALOR: R\$ 18.599,98 (dezoito mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através de depósito em conta corrente do FORNECEDOR, em até 30 (trinta) dias úteis, da data da entrega do (5) documento (5) fiscal (5) /Notas Fiscais, acompanhada da liquidação dos materiais entregues ou serviços executados. DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

DO FORO: ELEGE O FORO DA COMARCA DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ. PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ EM 22 DE SETEMBRO DE 2025. JOSE CLAUDIO
BATISTA:09545344

920

Antirado de forma digital por 2005 CAALSTO
94701176.09643144930
94701176.09643144930
9470176.09643144930
9470176.09643144930
9470176.09643144930

José Claudio Batista PREFEITO MUNICIPAL

INEXIGIBILIDADE DE Nr.: 11/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO onsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, ela lei 14.133/2021, Art. 74, III.f e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado

SEROUS - Il International Communication of the Comm

 Audustrar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):
 Descrição da Despesa
 Dodação
 Valor Estimado

 MANUTI DO SCHAMETE DO SEÇMETANDO A CRANÇA
 1000 108 122 0028 2055 3.3 90.3 90.0
 FS 1.00

 DOSONAL E HEMITO DO LANGA DO PLANÇA DO PL MANUTENÇÃO DO C.R.A.S 10.002.08.244.0028.2058.3.3.90.39.00 SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE 10.002.08.244.0028.2173.3.3.90.39.00 VINCULOS

ÃO DA DIVISÃO DE INDUSTRIA E COMERCIO 10.004.22.122.0020.2070.3.3.90.39.00 Paranacity, 22/09/2025

JOSE CLAUDIO
BATISTA09545344920

Basis Company Company





PARANACITY

S CARPINE CO

"Súmula: Abertura de orédito adicional especial orçamento vigente, inclusão no PPA 2022-2025 e LDO 21 para novo elemento de despesa, na secretaria municipal saúde de Paranacity/PR e dá outras providências."

JOSÉ CLAUDIO BATISTA, Prefeito Municipal de Paranacity, Estado do Paraná, am pela Lei Municipal nº. 2.644/2025 de 21/09/2025, Artigo 1º. – Abertura no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Paranacity para c exercício financeiro de 2025 um Crédito Adicional Especial no valor de RS 243.510,44 (duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e dez reais e quarenta e quatro centavos) mediante a inclusão de despesa com a seguinte diassificação orçamentária:

SECR. DA SAÚDE

08.002.	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA		
08.002.10 08.002.10.301	SAÚDE ATENÇÃO BÁSICA		
08.002.10.301.	SAUDE 24H		
08.002.10.301.0026.2.032	PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS DE SA	ÀÚDE	0
3.3.72.39.00.00.00.00 - 494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$	243.510,44

494 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - BLOCO DE CUSTEIO R\$ 121.755,22

	NSF. DE RECURSO ESTADUA	L R\$ 121.755,22
UNDO A FUNDO - FAF ESTAL	DUAL CUSTEIO - F-494	
	neta e prioridade na Lei Municipal	
dena sobre o Plano Plurianual guinte redação:	para o quadriênio 2022-2025 e d s por Órgãos e Unidades Orçan	á outras providências, co
dena sobre o Plano Plurianual guinte redação:	para o quadriênio 2022-2025 e d	á outras providências, co

DECRETA:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO Estado do Paraná

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE 074/2025 forma do artigo 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o Município de Colorado, Estado do Paraná manif

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

mínimos necessários, o Município de Colorado, Estado do Paraná manifesta total interesse em obter propostas adicionais, a fim de verificar qual melhor atende às necessidades da Administração Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a

3.1.1 Encerada a fase de envio de propostas, no dia 29/99/2025 àa 09h00min será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao





responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, nte pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado são de Licitações e 01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

SITE DE LIVRE ACESSO.	Total do Participa	ante: 73.200,00
	1	otal Geral: 73.200,0
autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho c	orrespondente(s):	
Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
IANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	02.001.04.122.0002.2002.3.3.90.39.00	R\$ 1,00
IANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO DE IOVERNO	02,002,04,122,0002,2003,3,3,90,39,00	R\$ 1,00
IANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE DMINISTRAÇÃO	05.001.04.122.0003.2007.3.3.90.39.00	R\$ 1,00
IANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	05.002.04.122.0003.2008.3.3.90.39.00	R\$ 1,00
IANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO DE INANCAS	06.001.04.123.0007.2013.3.3.90.39.00	R\$ 1,00

MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO Paranacity, 22/09/2025

DIO | Assirado de forma digital por JOSE |
OLAUGIO BATISTASSO 45344823 |
Dates 2011 59:22 15:45.19 dotto:

DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE

REGISTRE-SE

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARAMA
RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMINIO GALERIA ITALIA - SU 06 CEP 87
FONE (44) 3244-1465
www.mandaguacu.pr.leg.br
contato@mandaguacu.pr.leg.br

PORTARIA Nº 20/2025

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mandaguacu, Estado do Paraná. no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda, nos termos do § 3º, art. 4º, da Resolução nº 247/2025, RESOLVE:

Art. 1º Com arrimo no § 3º, art. 4º, da Resolução nº 247/2025, bem como na

resposta à Consulta exarada no Acordão 458/25 (Tribunal Pleno), do Tribunal de

controle de frequência mediante registro eletrônico. Parágrafo único. Os servidores liberados do controle de frequência nos termos do

caput deste artigo permanecerão sujeitos à dedicação integral.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 22 de setembro de 2025.

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

MARCIO AQUARONI NAVACHI:9733 5533953

Assinado de forma digital por MARCIO AQUARONI NAVACHI67335533963 Dados: 2025.09.22 111642-03005



ESPÉCIE: Contrato nº 202/2023- MF.

REF.: Pregão Presencial nº. 042/2023.

PARTES: Município de Floraí e a empresa: DIEGO DA SILVA FERNANDES OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE INSTRUTORES DE OFICINAS NAS ÁREAS DE DANÇA, INFORMÁTICA, ARTESANATO, FUTEBOL DE CAMPO E ATIVIDADES FÍSICAS COM MUSICALIDADE, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE FLORAÍ, ESTADO

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 27/09/2025 A 27/09/2026 DATA DE ASSINATURA CONTRATO; 22/09/2025



EXTRATO DE ADITIVO CON Termo aditivo nº 13801/2024 ao contrato nº. 138/2024, referente a licitação DISPENSA DE LICITAÇÃO-035/2024 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARÃO FORNECIMIENTO DE SEGURO AO VEICULO FIAT COMPASS LONGITUDE T29, CONSTANTE DA FROTÁ MUNICIPAL, PARÃ ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE ELORAÍ, ESTADO DO PARAMÁ. CONTRATADA: PORTO SEGUROS CAMPANHIA DE SEGUROS GERAIS-CNPJ-61.198.164/0001-60.





CONTRATADA: CHAMMA FARES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. (CNPJ-18.239.810/0001-60). DBJETO DO ADITIVO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 doze) meses nos termos do art. 105, "caput" da Lei 14.133/2021.

Termo aditivo nº 14701/2024 ao contrato nº 147/2024, referente a licitação INEXIGIBILIDADE nº012/2024 CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE PRÉDIO COMERCIAL PARA O PROGRAMA DE INCENTIVO EMPRESARIAL DE FLORAÍ/PR



RESOLVE:





PORTARIA Nº 071/2025 DE 22 DE SETEMBRO DE 2025 SÚMULA: CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE NOS TERMOS DO ART. 123. DA LEI N.º 023/91 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gabinete do Prefeito

RESOLVE: Art. 1º - Fica concedido a Servidora abaixo relacionada licença para tratamento de saúde, com remuneração integral, nos termos do Art. 123. da Lei N.º 023/91.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, adas as disposições em contrário.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL ESTADO DO PARANÁ CNPE 75.73.034/0001.55 Gabinete do Prefeito PORTARIA № 072/2025 DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

MARCOS CÉSAR SUGIGAN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL — ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal e.

RESOLVE:

da Lei N.º 023/91
 Servidor
 Período

 JOCILEIA QUADROS MORONI
 30 DIAS (02/09/2025)
 Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, s disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JORGE DUARTE CANTELLE DE CRUZEIRO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, 22 DE SETEMBRO DE 2025.



PORTARIA Nº 073/2025 DE 20 DE AGOSTO DE 2025 SÚMULA: CONCEDE LICENÇA ESPECIAL NOS TERMOS DO ART. 142. DA LEI N. º 023/91 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido a Servidora Municipal MARIA ROSENEI BOMBARDI, Licença Especial, de 60 (noventa) días, com remuneração integral, nos termos do Art. 142. Da Le il», º 02301, com seu início de fruição em 19 de Setembro de 2025, período aquisitivo do quinquênio 2015 a 2019.

Excesso de arrecadação (art. 43, § 1, Inciso II, Lei 4.320/64) no valor de R\$ 121.755,22 (cento e vinte e um mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e dois centavos).

dena sobre as Diret	rizes Orçamentária		
Produto/Serviço	Meta Física	Meta Financeira R\$	Recurso
Serviço	Pagamento de Consórcios de Saúde	243.510,44	494 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - BLOCO DE CUSTEIO
	dena sobre as Diret a seguinte descriçã Produto/Serviço	dena sobre as Diretrizes Orçamentária a seguinte descrição: Produto/Serviço Meta Física Serviço Pagamento de Consórcios de	Produto/Serviço Meta Física Meta Financeira R\$ Serviço Pagamento de Consórcios de 243.510,44

Projeto/Atividade - Ação Participação em Consórcio

PREFEITO MUNICIPA



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E PEDIDO DE

retaria Municipal de Administração, ou ainda pelo e-mail: licitacao@colorado.pr.gov.br

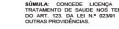
| Item | Expecificação | Temples | Expecificação | Temples | Expecificação | Temples |

R\$ 1,00 R\$ 1,00 07.003.20.122.0010.2064.3.3.90.39.00 08.001.10.122.0026.2028.3.3.90.39.00 R\$ 1,00 09.001.12.122.0018.2040.3.3.90.39.00 R\$ 1,00

R\$ 1,00 R\$ 1,00

Página: 1 / 2





Servidor LETICIA LAIS LOPES Período 90 DIAS (03/09/2025)

Marços César Sugigar PREFEITO MUNICIPAL -

MARCOS CÉSAR SUGIGAN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL — ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal e.

Servidor ERISVALDO ALVES DOS SANTOS Período 120 DIAS (04/09/2025)





SÚMULA: CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE NOS TERMOS DO ART. 123. DA LEI N.º 023/91 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



MARCOS CÉSAR SUGIGAN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal e,

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ogadas as disposições em contrário.

Hara7:



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 174

Pelo priesente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE MANDAGUACU, inscrito no CIPI) nº 76.285.229/0001-08. com endereço RUA BEENARDINO BOGO, 175, no cidade de MANDAGUACI-PR, na torrepresentedo pelo ordenador, JOSE ROBERTO MENDES potator da Cédula del demidade nº 42-5, e inscrito no CIPI/PR sob nº nº 634.536.659-53, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alteraçõe Lei 10.529/2020, dos Decretos Municipais nº 8.941/23, a considerado o resultado do Pregio Eletrônio 35/2025, homologado em 2/108/2025, integrante do Processo Administrativo nº 120/2025, por deliber e o Pregose de estigado por esta Punicipalidade, rescive REGISTRAR OS PREÇOS de empresa BUZZACNO E BRAGATIO LTDA HIC. (Nº 19 d. 0.02.508/0001-28, com endereço AV. LIUZ ANTIGUADE DE ENCADA DE LA CONTRA DE CONTRA DE

ente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Registro de preços para conforme demanda de materiais para artesanato, psicológico e fonoaudiológico paro ás necessidades diárias da secretaria municipal de Saúde para atender a as necessidades do

1.1- Do órgão contratante MANDAGUAÇU-PR, descritos no "DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS", anexo a esta ATA;

2- DA VIGÊNCIA:

2.1- A presente ATA terá vigência pelo prazo de 12 meses, a partir da data da sua publicidade 2.2- Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-ihe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa ais licitações.

3.1- O disposto na presente ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condiçõe avençadas no Edital Licitatório, sendo observado o disposto na Lei nº 10.520/2002, os Decretos Municipais nºs 8441/23, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, e das demais normas que despõem sobre a matéria.

4- DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:

4.1- As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Lichtatrio deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente ATA, ficando facultado ao órgão contratante, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fasas.

5.1- Os preços ofertados pela empresa adjudicatária da licitação, signatária da presente ATA, constam do "DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS", anexo;

5.2- O órgão contratante poderá promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação de aquisição e/ou publicação periódica no Diário Oficial do Município.

6- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO: 6.1- O prazo de entrega ficará condicionado ao estipulado em edital;

6.2- Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tomem impróprios ou inadequad ao consumo a que se destinam ou hes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal. orrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão ante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções

6.4- A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente ATA; 6.5- A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);

6.6 A empresa deverá ofrecer formalmente um Termo de Garantia, nos termos do Art. 18 do Cidigo de Deferas do Communidor (Lei nº 8.07/890), que deveis en entreque junto com o ejivido al Lidagião, pelo prazo de 12 meses a partir do recebimento definitivo do(e) produtos(e) pelo Central de Abastecimento/SM: entendendo como tal a data de admipmemento; 6.7- A contratada deverá observar, na execução da presente ATA o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável:

6.8- Dentro do prazo de vigência desta ATA, a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitatório que precedeu a sua formalização.

7.1- O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados contatada, num prazo máximo de 30 dias, contados da data do adimplemento da obrigação, considerada como tal a data em que a nota fiscal for certificada pela fiscalização do órgão contratante, que deverá ocorrer após as verificações constantes do subitem 10.2 desta ATA;

7.2- Na eventualidade de dúvidas quanto a alguma parte do documento de cobrança, o órgão contratante efetuará o pagamento da parte efetivamente aprovada e a empresa contratada prestará os esclarecimento necessários para liquidação de saldo devido;

7.3- Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;

7.4- Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrento);

7.5º Considerando a forma peculiar de pagamento adotada pela Administração Pública, com a utilização de depósito direto na contra corrente da contratada, é defeso á futura contratada a emissão de duplicatas em função da acordo a ser celebrado. A emissão desest titulo de crédito, sem prejužo das providências judicial cabiveis, por caracterizar lificito grave, equiparável a emissão de "duplicatas simuladas", demandará o sancionamento da contratada com uma das pensa prescritas nos incisos III el V. do art. 87. da Lei nº 8.666/33, pelo fato desse ato enquadrar-se na situação disposta no inciso III, do art. 88, do mesmo diplon legaj:

7.7- Caso a ATA seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a conseqüente emissão da Nota de Empenho e Nota Tiscal com o CNPJ da filial, o pagames será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apres respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito;

7.8- Conforme disposto no artigo 38 do Decreto 93.872 de 23 de dezembro de 1986, alínea "d" do inciso XIV do artigo 40 da Lei 8.666/93, o pagamento pelos produtos poderá ser, conforme a necessidade no órgão contratante, antecipado, mediante a apresentação de seguro parantão cu fiança bancráia, no valor total da

8- DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1- A Contratada, na hipótese de inadimplência parcial ou total, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior previstos na presente ATA, devidamente comprovados, estará sujeita ás seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processos: 8.1.1- Advertência;

8.1.3- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedime Municipalidade de MANDAGUAÇU-PR por prazo não superior a dois (2) anos. 8.2- Das Multas:

8.2.1- As multas impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

8.3.1- As penalidades serão aplicadas administrativamente, independente extraiudicial.

8.4- Da cumulatividade: 8.4.1- A aplicação da penalidade "multa" não impede que o órgão contratante rescinda unilatera acordo e venha a aolicar, cumulativamente, a sanção prevista no subitem 8.1.3.

8.5- Da aplicação das multas:

8.5.1.1- As multas, caso aplicadas, serão calculadas tomando por base o valor total da parcela em atras devidamente atualizado, conforme indice adotado para a atualização monetária no valor de 0.5% (cinco décimos por cento) por dua de atraso até o tripésimo día.

8.5.2.1- Decorridos mais de trinta (30) dias de atraso da entrega do objeto, será aplicada uma multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do objeto, pelos danos causados pela inadimplência de

8.6- Caso a Contratada descumpra o que prevê o item 6.3 desta ATA, ser-lhe-á aplicada multa correspondente a 0,196 (um décimo por cento) por dia sobre o valor do bem rejeitado, a contar do tér do prazo estabelecido naquele tem para retirada da mesma.

9- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS istro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito, quando:

9.1.1- O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA; 9.1.2- O Fornecedor der causa a rescisão administrativa de acordo (ou i

decorrente de Registro de Preços, a critério do órgão contratante; 9.1.3- Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, se assim for decidido pelo órgão contratante;

9.1.5- Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pelo órgão contratante 9.1.6- Pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitados de cumpir as exigências desta ATA, ou, a juizo do órgão contratante, quando comprovada a ocorrência de qualquer das higoteses previstas no art. 78, incisos XIII a XIVI, de Lin 98.666(9).

9.2- A comunicação do cancelamento do preco registrado, nos casos previstos neste item, será feita

pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administração da presente ATA, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da defesa.

10- DA FISCALIZAÇÃO: 10.1- A Registrada deverá facilitar o trabalho de fiscalização a cargo do órgão contratante

10.2- A fiscalização do cumprimento do acordo decorrente desta ATA será exercida por servidor habilitado designado em edital formalmente pelo órgão contratante, para tal, investido de plenos poderes para: 10.2.1- Recusar o material em desacordo com o objeto;

10.2.2- Promover a liquidação do respectivo documento de cobrança;

10.2.3- Tomar as ações iniciais para a consecução das medidas cabíveis para os casos amparados pelos itens 8 e 9 a serem executados pelo órgão contratante; 10.2.4- Tomar quaisquer outras medidas julgadas nece

10.3- A cada entrega de material, o órgão contratante poderá selecionar, a seu critério, amostras dos itens entregues, a fim de serem submetidas a exames, visando à verificação do cumprimento das condições estabelecidas no Edital Licitatório. O tempo médio de análise é de 30 (trinta) dias. As despesas decorrentes dos exames a serem realizados esrão custeadas pelo órgão contratante;

11- DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:

11.1- Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da ATA ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo.

11.1.1- Greve geral;

11.1.2- Calamidade pública;

11.1.4- Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais: e 11.1.5- Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasi

11.2- Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o

11.3- Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato devercomunicado ao órgão contratante, atá 24 horas após a ocorrência. Ciaso não seja cumprido este pra inicio da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

12- DA CONTRATAÇÃO:

12.1- O compromisso para fornecimento dos materiais registrados nesta ATA será efetivado através de emissão de nota de empenho específica com a empresa, que terá força de contrato;

JOSE ROBERTO digital por JOSE MENDES: 63453 MENDES: 63453 MENDES: 63453 MENDES: 63453665953 MENDES: 63455665953 MENDES: 63455665955 MENDES: 63455665957 MENDES: 6345665957 MENDES: 6345665957 MENDES: 6345665957 MENDES: 634566595

CESAR LUIS
BUZZACARO:047249
38927

BUZZACARO E BRAGATTO LTDA ME

MANDAGUACU, 08 de setembro de 2025

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 23.315,36

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

	Quant.: 1	Num: 712	167,55	Total: 502,65
Item: 48	Unidade: Unidades	Marca: Edukabrink	Modelo: Edukabrir	nk
TIPO FAMII	LIA TERAPEUTICA BRANC	S TIPO FAMILIA TERAPEUTICA CA EM MDF, MADEIRA E TECID DE MADEIRA E MDF MEDINDO	O COM 7 PERSONAGENS	
Quantidade	3 Valor Ur	nit.: 167,55		Total Item: 502,65
LOTE 50	Quant.: 1	Num: 900	70,43	Total: 21.551,58
Item: 50	Unidade: UNIDADES	Marca: Pais e Filhos	Modelo: Pais e Fill	hos
Descrição: I sala)	Brinquedos de casinha (qua	ırto, cozinha, banheiro e sala)Bri	nquedos de casinha (quarto	o, cozinha, banheiro e
Quantidade	: 306 Valor Ur	nit.: 70,43		Total Item: 21.551,58
LOTE 64	Quant.: 1	Num: 529	44,84	Total: 448,40
Item: 64	Unidade: UNIDADES	Marca: GGB	Modelo: GGB	
Descrição: . as emocoes		reconhecendo as emocoes com	pletoJogo de cartas terape	uticas reconhecendo
Quantidade	: 10 Valor Ur	nit.: 44,84		Total Item: 448,40
	: 10 Valor Ur Quant.: 1	nit.: 44,84 Num: 041	42,28	Total Item: 448,40 Total: 422,80
LOTE 72			42,28 Modelo: Carlu	
LOTE 72 Item: 72 Descrição: I	Quant.: 1 Unidade: KIT	Num: 041	Modelo: Carlu	Total: 422,80
LOTE 72 Item: 72 Descrição: I grande. Kit	Quant.: 1 Unidade: KIT Blocos de montar, em plasti com 77 pecas	Num: 041 Marca: Carlu	Modelo: Carlu	Total: 422,80
LOTE 72 Item: 72 Descrição: I grande. Kit Quantidade	Quant.: 1 Unidade: KIT Blocos de montar, em plasti com 77 pecas	Num: 041 Marca: Carlu ico, tamanho grande. Kit com 77	Modelo: Carlu	Total: 422,80
LOTE 72 Item: 72 Descrição: I	Quant.: 1 Unidade: KIT Blocos de montar, em plasti com 77 pecas : 10 Valor Un	Num: 041 Marca: Carlu ico, tamanho grande. Kit com 77 nit.: 42,28	Modelo: Carlu pecasBlocos de montar, en	Total: 422,80 n plastico, tamanho Total Item: 422,80
LOTE 72 Item: 72 Descrição: I grande. Kit Quantidade LOTE 74 Item: 74	Quant: 1 Unidade: KIT Blocos de montar, em plasti com 77 pecas : 10 Valor Ur Quant: 1 Unidade: UNIDADES	Num: 041 Marca: Carlu ico, tamanho grande. Kit com 77 nit.: 42,28 Num: 029	Modelo: Carlu pecasBlocos de montar, en 59,99 Modelo: Enigmais	Total: 422,80 n plastico, tamanho Total Item: 422,80 Total: 119,98
LOTE 72 Item: 72 Descrição: I grande. Kit Quantidade LOTE 74 Item: 74	Quant.: 1 Unidade: KIT Blocos de montar, em plasfi com 77 pecas : 10 Valor Ur Quant.: 1 Unidade: UNIDADES Torre de Hanoi, em madeira	Num: 041 Marca: Carlu co, tamanho grande. Kit com 77 nit.: 42,28 Num: 029 Marca: Enigmais	Modelo: Carlu pecasBlocos de montar, en 59,99 Modelo: Enigmais	Total: 422,80 n plastico, tamanho Total Item: 422,80 Total: 119,98
LOTE 72 Item: 72 Descrição: I grande. Kit Quantidade LOTE 74 Item: 74 Descrição:	Quant.: 1 Unidade: KIT Blocos de montar, em plasfi com 77 pecas : 10 Valor Ur Quant.: 1 Unidade: UNIDADES Torre de Hanoi, em madeira	Num: 041 Marca: Carlu ico, tamanho grande. Kit com 77 nit.: 42,28 Num: 029 Marca: Enigmais i, com 10 discosTorre de Hanoi,	Modelo: Carlu pecasBlocos de montar, en 59,99 Modelo: Enigmais	Total: 422,80 n plastico, tamanho Total Item: 422,80 Total: 119,98

MUNICIPIO DE MANDAGUACU MANDAGUAÇU-PR

PREGÃO ELETRÔNICO № 57/2025 Processo Administrativo № 173/2025 Tipo: AQUISIÇÃO PREGOEIRO: ALZIR BOCCHI JUNIOR Data de Publicação: 05/09/2025 11:08:41

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 22/09/2025 14:34-02
 - Veiculo do tipo onibus para o transporte Rodoviario com as seguintes caracteristicas minimas; Prime emplacamento em nome da Prefettura Municipal de Mandaguacu - PR; Fabricacao Nacional com ca VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Marci WALORES UNITÁRIOS FINAIS

Marci WARCOPOLO Modelo: VOLARE Access

Isem: 1 Unitation: UNIXADES Maria MARCOPPIO: Monte: Monte: VOLARE Access Descripto: Vocation do tipo cribito; para o transporte focotivario com as seguintes caracteritatos aminimas. Primitero emplacament en mone de Prefettura Maricipa de Mandiaguato. PR. - Fatriciscos Nacional com carrocerta e chassal integrados, zero quientem en mone de Prefettura Maricipa de Mandiaguato. PR. - Fatriciscos Nacional com carrocerta e chassal integrados, zero quientem en mone de Prefettura Maricipa de Mandiaguato. PR. - Fatriciscos Nacional como carrocerta e chassal integrados, zero quientem carrocerta e carrocerta de Carrocerta

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	DIf.(%)	ME
1 RODO SERVICE LTDA	890	00.688.075/0004-50	885.000,00	838.000,00		Nāc
2 W V SERVICOS LTDA	410	42.129.716/0001-33	885.066,67	885.066,67	5,62	Sim
3 INGA CAMINHOES LTDA	447	23.008.729/0001-00	900.000,00	900.000,00	1,69	Nāc
4 MANUPA COMERCIO, EXPORTAÇÃO,	031	03.093.776/0008-68	999.999,00	999.999,00	11,11	Não
5 B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS	510	26.166.156/0001-30	1.250.000,00	1.250.000,00	25,00	Sim
6 BELLATRIX VEICULOS E SERVIÇOS	784	49.422.071/0001-71	1.800.000,00	1.800.000,00	44,00	Não
		DESCLASSIFICADO	s			
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	DIf.(%)	ME
		INABILITADOS				
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	DIf.(%)	ME



<u>Prefeitura do Município de Mandaguaçu</u> ESTADO DO PARANA

Paço Municipal "Hiro Vieira" ernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08 www.mandaguacu.pr.gov.br

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL, REFERENTE AO CONTRATO Nº 47/2023, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU E D. F. CRIPA CONSTRUCOES LTDA.

O MUNICÍPIO DE Mandaguaçu com sede na , inscrito no CNPJ sob nº 76.285.329/0001-08, neste ato representado pelo Senhor José Roberto Mendes, inscrito no CPF sob nº 634.536.659-53, portador da carteira de identidade nº 4.253.669-5 e de outro lado a Empresa D. F. CRIPA CONSTRUCOES LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 31.820.324/0001-08, com sede na Rua perimetral Baltazar Antonio de Oliveira, 620, Sala A, Jardim Progresso, na cidade de Presidente Castelo Branco, neste ato representada por Davi Felix Cripa, sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 669.986.299-07, portador da carteira de identidade nº 10.388.507-8, residente e domiciliado na Rua da saudade, 350, centro, Mandaguaçu-IPR, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/1993, assegurados os princípios administrativos da defesa, contraditório, razoabilidade e proporcionalidade;

Considerando o contrato administrativo nº 47/2023, datado de 26/10/2023, tendo por objeto a contratação de empresa para execução de revitalização da Praça Doutor Dimas;

Considerando a necessidade de revisão e reestruturação dos projetos utilizando a metodologia BIM (Building Information Modeling), com vistas à compatibilização de todas as disciplinas técnicas com o relevo natural, implicando na inclusão de serviços não previstos inicialmente.

Considerando que a empresa D F Cripa Construções Ltda manifestou o interesse na rescisão amigável, conforme ata de reunião realizada no dia 15 de julho de 2025, não havendo nenhum fato novo ou justificativa capaz de afastar a conclusão pela rescisão amigável da avença;

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica rescindido amigavelmente a partir de 16/09/2025, o Contrato nº
47/2023, decorrente da Tomada de Preço 02/2023, firmado com a empresa D F
Cripa Construções Ltda, acerca da execução de revitalização da Praça Doutor

CLÁUSULA SEGUNDA A presente rescisão se dá pelo Município de Mandaguaçu, com amparo no artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, extinguindo o contrato por acordo entre as partes

CLÁUSULA TERCEIRA O resumo deste instrumento será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município.

O presente termo foi lavrado em duas vias de igual teor e forma, perante stemunhas ao final identificadas.

Mandaguaçu, 16 de setembro de 2025 JOSE
ROBERTO
MENDES:634
53665953

Assinado de forma digital por JOSE ROBERTO
MENDES:634
MENDES:63453665953

MENDES:63423665953

MENDES:63423665953

José Roberto Mendes

Prefeito do Município de Mandaguaçu

Davi Felix Cripa Empresa D. F. CRIPA CONSTRUCOES LTDA

MAURICIO
ROBERTO
Alliado Oddinina Polición
NO CHR. Oddinina Polición
N 84014933 Reade: Eta sou o autor deste docum Localização: Pour POP Reader Versão: 2025.20

gov.br Alisson BATISTA
Data: 22/09/2025 1



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 401/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE COLORADO - ESTADO DO PARANÁ- CNPJ: 76.970.326/0001

CONTRATADA: ARENA & VERSALI LTDA. CNPI: 04.279.484/0001-00. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E COSMÉTICOS DESTINADOS ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ

Item	Descrição	Medida	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	TALCO DESODORANTE ANTISSÉPTICO PARA OS PÉS EM PÓ, COMBATE AO MAL ODOR NOS PÉS, USO DIÁRIO, FRASCO	UND	20	6,50	130,00
	CONTENDO 100 GR				
2	ALICATE DE UNHAS, COM PONTA CURVA E FEITO DE AÇO INOXIDÁVEL, POSSUI CABO LISO E ACETINADO,	UND	15	19,80	297,0
	AUXILIANDO NA ADERÊNCIA DAS MÃOS.				
3	PALITO DE UNHAS EM MADEIRA NATURAL, PONTIAGUDO, MEDINDO 12X25CM	UND	30	0,99	29,7
4	LIXA DE UNHAS BÁSICA, FEITO DE PAPELÃO GERALMENTE POSSUI PARTE ABRASIVA DIFERENTE, UM LADO MAIS GROSSO E OUTRO MAIS FININHO, A ABRASIVIDADE É FEITA DE AREIA.	UND	100	0,10	10,0
5	ELÁSTICO PARA CABELO EM SILICONE, FEITOS DE SILICONE DE ALTA QUALIDADE, ESSES ELÁSTICOS SÃO FLEXÍVEIS E DURÁVEIS, ESPESSURA DE 2MM, CORES VARIADAS	PCT	20	1,99	39,8
6	ELASTICO PARA CABELO, COM ALTA ELASTICIDADE, ESTILO MINIMALISTA, IDEAL PARA RABOS DE CAVALO E PENTEADOS, COM 4CM/1,57IN., CORES VARIADAS	PCT	15	5,80	87,0
7	SECADOR DE CABELO, COM POTÊNCIA DE 2.150W, 110 VOLTS, NA COR PRETO OU CINZA, POSSUI CABO DE 3M, FUNCIONA COM 3 NÍVEIS DE TEMPERATURA, POSSUI DOIS BICOS DE CONDUÇÃO, INCLUI ANEL PARA PENDURAR.	UND	4	280,00	1.120,0
8	ESCOVA DE CABELO PARA USO DE MODELAGEM, COM ESPESSURA 28MM, COMPOSIÇÃO DE MADEIRA E NYLON, PELO NATURAL E METAL	UND	4	18,90	75,6
9	BACIA PARA PEDICURE, COM FORMATO ANATÓMICO, FEITO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO E PIGMENTO MASTER, RESISTENTE E DURÁVEL, MEDINDO 33,0 CM	UND	6	10,90	65,4
10	CREME DE CABELO PARA PENTEAR	UND	20	7,50	150,0
		0112		7,500	11-19-
	ADULTOS, COM FORMULAÇÃO LEVE E SILICONADA, PROPORCIONA BRILHO INTENSO E DURADOURO, PERFEITO PARA DESEMBARAÇAR CABELOS NORMAIS E SECOS, FRASCO COM 200GR				
11	SHAMPU PARA ADULTOS, COM PODER DE HIDRATAÇÃO, BRILHO E MACIES, FABRICADO COM NOREDIENTES NATURAIS, FORMULADO COM CERAMIDAS, PANTENOL E ÓLEO DE OLIVA, FRASCO DE 325ML	UND	90	9,90	891,0
12	PRESTO BARBA, COMPOSTO POR 2 LÁMINAS, COM FITA LUBRIFICANTE DE ALOE VERA, COM HASTES ERGONÔMICA EM PLÁSTICO PARA UM APERTO FIRME	UND	100	1,80	180,0
13	BUCHA PARA BANHO, VEGETAL, COM PROPRIEDADES ABRASIVAS E BIODEGRADÁVEIS	UND	95	4,30	408,5
14	EATON COM TEXTURA CREMOSA, MATTE OU ACETINADA COM BOA FIXAÇÃO E COBERTURA UNIFORME, FÓRMULA DERNATOLOGICAMENTE BESTADA, CONTENDE ATIVOS HIDRATANTES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, RESISTENTE E COM TAMPA PROTETORA, DISPONÍVEL EM VÁRIAS CORES. MARCA SUGERDA - MARCA HETI I	UND	120	13,99	L678,8
15	ESMALTE DE ALTA QUALIDADE PARA UNHAS, DESENVOLVIDO PARA PROPORCIONAR COR INTENSA, BRILHO DURADOURO E ACABAMENTO UNIFORME, DISPONÍVEL EM DIVERSAS CORES E ACABAMENTO, CREMOSO/CINTILANTE E FOSCO. MARCA SUGERIDA - BRILHO ATIVO	UND	120	2,50	300,0

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS:

Reduzido	Desdobramento	Descrição	FONTE	Valor Total
800	3.3.90.30.21.00	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO	3934	4.419,75
453	3.3.90.30.21.00	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO	1934	1043,05





Toma-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL - PR, realizará DISPENSA ELETRÓNICA a *0.26/20.28, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, para Centratação de empresa de viagem e turtimo para foracelimento de passeis em parque aquistica os idionos participantes un traino para foracelimento de passeis em parque aquistica os idionos participantes de municipal de Austriteria Social do municípal de Cruzeiro do Sul - PR, conforme especificades no (o) Anexo (o) que accumpanha (ma) o presente edital, de acordo com as normas contidos na Lei Pederal 14: 13/13/2011, gue no dina 10 de outubro de 2025 à 108400 horas, em sessão pública eletrônica, (norário de Brasilia- DF), por meio da plansforma LEITANEZ, acesto através do site higo;//licitanec.omb. C défini estar a disponível no site: www.cruzeirodesul.gr.gov.br / PORTAL DE TRANSPARENCIA, ou http://licitanec.omb.cruzeirodesul.gr.gov.br.





Municipal de Licitações, Contra AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 027 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº TIPO: MENOR PREÇO GLOB

Torna-ae público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL, realizará Dispensa Eletônica nº 027/2025, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria e consultoria para o CMDCA, referente ao processo de eleição suplementar para o cargo de conselheiro tutelar de Cruzeiro do Sul - PR, 2025, visando atender as nacessidades do Departamento Municípal de Assislência Social de Cruzeiro do Sul, Conforme especificação do Termo de Referência, especificação dos companhatos de c

Cruzeiro do Sul, 22 de setembro de 2025

FLS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 75.731.034/0001-55 o Municipal de Licitação, Contratos e Co ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ATA DE JULGAMENTO

OBJETO: Credenciamento para Contratação de empresa para prestação temporária de serviço de Psicólogo (a) no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, devendo a contratação ocorrer conform sidade e o interesse público, suprindo assim a necessidade do Departamento Municipal de Assistência ndo às especificações e normas constantes do presente Edital.

CHAMADA PUBLICA/ CREDENCIAMENTO Nº 005/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2025

Paraná, reuniram-se, a partir das nove horas da manhã, o Agente de contração Jean Nishiama Dias, sua equipo de apoio, Jakeline Marielly Bento de Freitas e Maria Aparecida Batista e o Diretor Municipal de Licitações te apoto, accume materia plante dei Tributa de Arians Sarbosa para dirigir e julgur a primeira sessibo do Credenciamento nº 005/2025, conforme especificado nos anexos e planilhas do edital, divulgado em conformidade com o que determina a Lei Federal 14.133/2021 e alterações. Abertos os trabalhos pelo Agente de Contratação Jean Nishiama Dias, constatou a entrega do envelope e procedeu a abertura dos mesmos, devidamente protocolad pela seguinte empresa: NASCIMENTO E BUZO CLINICA DE FISIOTERAPIA E PSICOLOGIA LTDA. peta seguine empresa. Antes interior de 2000 Leitoros de

ministro de la composición de la composición de la cinco mil centro dezizión reasis e nove centavos).

Procedida a sessão em conformidade com o edital e conferida toda a documentação da empresa, a onente NASCIMENTO E BUZO CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E PSICOLOGIA L'IDA, é considerada devidamente HABILITADA pelo Agente de Contratação e equipe de apoio, pois seus documentos estão de

Jean Nishiama Dias, declarou encerrada a sessão de conferencia de habilitação e proposta, comunicando a todos que irá publicar esta ata de julgamento da chamada publica nº 005/2025, no jornal de circulação regional e no site do município de Cruzeiro do sul - PR, para que desta forma seja respeitado prazo de 5 dias uteis, não rendo qualquer manifestações contrarias, será elaborado o termo de julgamento com resultados e o processo de inexigibilidade para firmar a contratação com as responsáveis pelas habilitações apresentadas, onde as mesmas serão convocadas para assinatura do contrato para início dos serviços. Não havendo nada mais a declarar, foi encerrada a sessão de abertura e julgamento da "Habilitação".





FLS

FLS



amento de Licitações e Co GESTÃO 2025/2029 EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO - PRAZO E VALOR E REAJUSTE INEXIGIBILIDADE Nº 018/2023 CONTRATO Nº 142/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL, endereço à Av. Dr. Gastão Vidigal nº 600, Centro, inscrita sob o CNPJ nº 75.731.034/0001-55 representada neste ato pelo Senhor MARCOS CESAR SUGIGAN .

CONTRATADA: Thamiris Heloisa Bertoni – CPF: 088.488.209-80, RG-10,537.553-0 com residência na Rua México, nº 694, Jardim Licoe – CEP 87-660-000 – Paranacity – Estado do Paraná, telefone (44) 99923-7845, E-mail: thamy_prcty@hotmail.com. O OBJETO: qual mantem o Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas de 01 (um) profissional fonoaudióloga, com disponibilidade de carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, pelo prazo contratual de 365 (trezentos e sessenta e cinco) días, para atuarem na área da Educação, de Cruzerio do Sul.

DO PRAZO, VALOR E REAJUSTE: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência ao contrato por mais 12 meses sendo dia 03/10/2025 até 03/10/2026, o acréscimo de valores em conformidade com a quantidade e o reajuste do contrato com aplicação do Índice IPCA, a firm de garantir o equilibrio econômico financeiro do contrato em 4,86%. Os itens constantes no contrato qual sofrem o reajuste de 4,66%, com o acréscimo de valores e prazo

somado ao requiste junto ao indice IPCA, o contrato sofre um acrescimo no valor total de R\$
33.395,52 (trinta e três mil trezentos e noventa e cinco reals e cinquenta e dois centavos).

VALOR ATUAL

R\$ 2.458,90

R\$ 2.752,96 RS 2.782,96 RS 2.658,80

<u>DA FUNDAMENTAÇÃO</u>: O presente termo aditivo de prorrogação de prazo tem fundame legal de acordo com os Art. 107 e 124, II d) da Lei de nº 14.133/21.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas e convalidadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais no que não tiverem sido retificadas, afteradas ou modificadas pelo presente Termo Aditivo, que traz parte integrante e inseparável do Contrato. DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Paranacity/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo Aditivo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.





EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - PRAZO <u>INEXIGIBILIDADE Nº 006/2024</u> <u>CONTRATO Nº 062/2024</u>

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL, endereço à Av. Dr Gastão Vidigal nº 600, Centro, inscrita sob o CNPJ nº 75.731.034/0001-55, representada neste ato pelo Senhor MARCOS CESAR SUGIGAN.

O OBJETO: Prestação de serviços para Credenciamento de Empresas Especializadas na Prestação de Serviços para Realização de Exames de Imagem, em suas diversas modalidades, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Sul

<u>DA PRORROGAÇÃO E VIGÊNCIA:</u> O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 062/2024, por mais 12 (doze) meses, a partir de 17/09/2025 até 17/09/2026, podendo ser prorrogação sucessivamente, respetidad a vigência máxima

DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente termo aditivo de prorrogação de prazo tem fundamentação legal de acordo com o artigo nº 107, da Lui 14.133/21.
Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, deade que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanencem vantajosos para a Administração, permitido a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem drus para

<u>DA RATIFICAÇÃO:</u> Ficam ratificadas e convalidadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas polo presente Termo Aditivo, que taz parte integrariar e inseparável do contrato.

<u>DO FORO;</u> Fica eleito o Foro da Comarca de ParanacitylPR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo Aditivo de Contrato que não puderem ser compostos pela



4.463.22



O Prefeito Municipal de COLORADO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3072/2024 de 16/12/2024.

Cruzeiro do Sul, PR 17 de setembro de 2025.

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Municipio, no valor de R\$ 209.465,43 (duzentos e nove mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e três centavo destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

| Subtrastación | Company 001.10.701.0001.2024. DESENVOLVEM AS ATTVIDADES DE ATENÇÁ 848 - 3.1.90.01.00.00 01510 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 849 - 3.1.90.11.00.00 01510 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVIL 12.000.00.000.0000.0.000. PESSOAL CIVIL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS DIVISÃO DO DIREITO PÚBLICO DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS 847 - 3.1.90.11.00.00 01510 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -PESSOAL CIVII.

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste
Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme
discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSITO E URBANISMO DIVISÃO DE OBRAS PUBLICAS CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO SANEAMENTO BÁSICO URBANO 01504 OBRAS E INSTALAÇÕES 23.019,47 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS 12:001.00:000:0000.000.000.
12:0011.542:0005:2.036.
13:001.00:0000.0000.000.
13:001.542:0005:2.036.
13:000.0000.0000.0000.0000.
13:001.70:31.300.000.0000.0000.0000.
13:001.70:31.300.000.0000.0000.0000.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042.
13:001.70:312:0006:2.042

634 - 3.3.90.30.00.00 01510 MATERIAL DE CONSUMO 30.330,36

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua

Edificio da Prefeitura Municipal de COLORADO , Estado do Paraná, em 22 de setembro de 2025. Munface, ROSIMEIRE CHIOEIM-

publicação, revogadas as disposições em contrário



MUNICIPIO DE MANDAGUACI

PREGÃO ELETRÔNICO № 20/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № 193

Pelo presente instrumento, o órgão contratante MUNICIPIO DE MANDAGUACU, inscrito no CNPJ nº 75.255.329/0001-08, com endereço RUA EERNARDINO BOCO, 175, na cidade de MANDAGUACI, PR. neste als representado pelo ordenador, 3/25 ROBERTO MENDIOS portador da Códida de Identificada nº 423.5667 also representados pelos ordenadors. 2015 ROBERTO MENDIOS portador da Códida de Identificada nº 423.5667 al como de Comparto de

1- A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Registro de preços para futura aquisição de aparelhos de ar condicionado, corbina de ar, pesos e contração de serviços de manutenção presentiva e correbva de aparelhos ar condicionado com exercitual formacimento de peças e recargas de gia, como tambiém instalação e retirada dos aparelhos ar e cortina de ar para alender a as necessidades do rigão contralante por 12 meses.

2.2- Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

3.1- O disposto na presente ATA deverá ser executado felmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitativis, sendo observado o disposto na Lei nº 10.520/2002, os Decretos Municipais nº 844/12.3 hec como, no que coulee, as determinações constantes da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

LEMUNE INCLIVIO LUCIA NEGLES INCLUS, altesos, 5.22- O degido contratante poderá promover ampla sessuisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a asolicitação de aquestição e/ou publicação periedican co Diário Oficial OMincípio.

6.2 O sprodutos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tomem impróprios ou inadequado ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal; 6.3- Ocorrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as crabíveis;

6.6- A empresa deverá oferecer formalmente um Termo de Garantia, nos termos do Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que deverá ser entregue junto com o objeto da Licitação, pelo prazo de 12 meses a partir do recebimento definitivo do(s) produtos(s) pela Central de Abasticcimento/SMS, entendendo com tal a data de ademplemento; execuence.como un a austa os aumprenietros.

6.7-A contratada deverá observar, a esecução da presente ATA o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;
6.8-D entro do praco de vigiência desta ATA, a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitativio que precedeu a sua formulavarão.

7.3- Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente

7.6- O pagamento só será efetuado após a verificação da manutenção da habilitação da contratada, seja abravés da consulta ON-LINE no CADASTRO GERAL para comprovação de que se encontra em dia com su obrigações para com a Receita Federal e com o sistema da Segundade Social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Debto punto a OINSS e do Certidado de Regulandade junto a OSTS e Tributos

8- DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1.2- Multa; e, 8.1.3- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de Municipalidade de MANDAGUAÇU-PR por prazo não superior a dois (2) anos.

8.4- Da cumulatividade:

8.5.1- Multa por atraso da entrega:

8.5.2.1- Decorridos mais de trinta (30) días de atraso da entrega do objeto, será aplicada uma multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do objeto, pelos danos causados pela inadimplência de fornecedor.

decorrente de Registro de Preços, a critério do órgão contratante;

9.1.6- Pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitados de cumprir as exigências desta ATA, ou, a juízo do órgão contratante, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei nº 8.666/93.

9.3- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será felta por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

10.2- A fiscalização do cumprimento do acordo decorrente desta ATA será exercida por servidor habilitado designado em edital formalmente pelo órgão contratante, para tal, investido de plenos poderes para:

10.2.1- Recusar o material em desacordo com o objeto 10.2.2- Promover a liquidação do respectivo documento de cobrança

11.1.2- Calamidade pública;

11.1.5- Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro

12.1- O compromisso para fornecimento dos materiais registrados nesta ATA será efetivado através de emissão de nota de empenho específica com a empresa, que terá força de contrato;

GOVPL RESONALIVES DE OLIVERA DATE 22/09/2025/29/25/29 -0100 Verifique em https://val-dat/26/20/20/

ILSON ALVES DE OLIVEIRA 06535987930

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

VENCEDORES DO PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO № 57/2025 Processo Administrativo № 173/2025 Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: ALZIR BOCCHI JUNIOR
Data de Publicação: 05/09/2025 11:06:41

00.688.075/0004-50 09.688.075/0004-50 838.000,00

Num: 890 Lance: 838.000,00 Total: 838.000.00

DES Marca: MARCOPOLO Modelo VOLARL A 12

* PEGIONAL Desde 1960

1.1- Do órgão contratante MANDAGUAÇU-PR, descritos no "DEHONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS", amexo a esta ATA! 1.2- As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, jurhamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

3- DA VINCULAÇÃO:

6- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO: 6.1- O prazo de entrega ficará condicionado ao estipulado em edital:

6.4- A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente ATA;
6.5- A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);

7- DO PAGAMENTO:

agencia; e numero au contra corrente;
7.5 Considerando a forma peculiar de pagamento adotada pela Administração Pública, com a utilização de depósito direto na conta corrente da contratada, á defeso à futura contratada a emissão des duplicatas em emisção dos acrodos a ser celebrado. A emissão dese setulos de criedito, sem perigão das providencias judicia cabiveis, por caracterizar lifoto grave, equiparável a emissão de "duplicatas simuladas", demandará o sancionamento da contratada com uma das pessas presentas nos incisos III. el D. V. do art. 87, à La in e[®] 8.666(93), pelo fato desse ato enquadrar-se na situação disposta no inciso III. do art. 88, do mesmo diplon legal;

7.7- Caso a ATA seja assinada com o CNP) da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a conseqüente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNP) da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade

8.1- A Contralada, na hipótese de inadimpléncia parcial ou total, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior previstos na presente ATA, devidamente comprovados, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo procesor:

8.4.1- A aplicação da penalidade "multa" não impede que o órgão contratante rescinda unilate acordo e venha a aplicar, cumulativamente, a sanção prevista no subitem 8.1.3.
8.5- Da aplicação das multas:

8.6- Caso a Contratada descumpra o que prevé o item 6.3 desta ATA, ser-lhe-á aplicada multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor do bem rejeitado, a contar do término do praco estabelecido nacuele item para retirada da mesma.

9.1- O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito, quando 9.1.1- O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA; 9.1.2- O Fornecedor der causa a rescisão administrativa de acordo (ou instru

oraticados(s) no mercado;

10.1- A Registrada deverá facilitar o trabalho de fiscalização a cargo do órgão contratante;

10.3- A cada entrega de material, o órgão contratante poderá selecionar, a seu critério, amostras dos itens entregues, a fim de serem submetidas a exames, visando à verificação do cumprimento das condições estabelecidas no Edital Licitatório. O tempo médio de análise é de 30 (trinta) dias. As despesas decorrentes dos exames a serem realizados seráo custeadas pelo órgão contratantes.

11.1.3- Interrupção dos meios de transporte 11.1.4- Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,

12- DA CONTRATAÇÃO:

LOTE 33 Quant.: 1 Num: 256 Item: 66 Unidade: Unidades Marca: Manutenção

2- DA VIGÊNCIA: ente ATA terá vigência pelo prazo de 12 meses, a partir da data da sua publicidade:

4- DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:

5- DOS PREÇOS E DA PESQUISA DE MERCADO: Os preços ofertados pela empresa adjudicatária da licitação, signatária da presente ATA, constam do MONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS", anexo;

7.1- O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela contatada, num prazo máximo de 30 días, contados da data do adimplemento da obrigação, considerada como tal a data em que a nota fiscal for certificada pela fiscalização do órgão contratante, que deverá ocorrer após as verificações constantes do subítem 10.2 desta ATA;

Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certificis sem prejuízo de estabelecido no item acima transcrito; 7-2° Conforme disposto no ratigo 3 de Docterdo 93.73° C et 2 de decembro de 1966, alinea "d" do inciso XIV do artigo 40 da Lei 8.666/93, o pagamento pelos produtos poderá sen, conforme a necessidade no órgão contratante, antecidos, mediante a apresentação de seguno reparativo fundo palacinicia, no volor total da contratante, antecidos, mediante a apresentação de seguno reparativo fundo palacinicia, no volor total da

8.2.1- As multas impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos eventualmente devi ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente:

8.5.1.1- As multas, caso aplicadas, serão calculadas tomando por base o valor total da parcela em atrass devidamente atualizado, conforme índice adotado para a atualização monetária no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso até o trigêsimo dia.

9.1.3- Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de acordo (ou instr decorrente de Registro de Preços, se assim for decidido pelo órgão contratante;

9,2- A comunicação do cancelamento do preco registrado, nos casos previstos neste item, será feita palmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao proces: nistração da presente ATA, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da defesa

10.2.3- Tomar as ações iniciais para a consecução das medidas cabíveis para os casos amparados p 8 e 9 a serem executados pelo órgão contratante;
10.2.4- Tomar quaisquer outras medidas julgadas necessárias para a perfeita execução do objeto.

11.1- Serão considerados casos forbuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da ATA ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estive sendo executado o objeto do acordo.

TOTAL DO PROCESSO: 838.000,00

Total Item: 14.900,00

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 14.900,00

LEI Nº 3099/2025

Súmula: Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração e execução da Lei Orcamentária do Município de Colorado, Estado do Paraná, para o exercício de 2026 e dá outras providencias

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art 1° Em cumprimento ao disposto no art 165 § 2º inciso II, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, no art. 4°, da Lei Complementar nº 10° de 04 de majo de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e Lei Orgânica do Município de Colorado, de 05 de abril de 1990, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentarias para o exercício financeiro de 2026, compreendendo

I - as prioridades e metas da administração pública municipal II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município

e suas alterações; IV - as disposições relativas à dívida púbica municipal; V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e

encargos sociais VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária do Município: VII - as disposições gerais.

Parágrafo único - Integram esta Lei os seguintes anexos

I - Anexo de Metas Fiscais

II - Anexo de Riscos Fiscais: III - Projetos em Andamento

IV - Evolução da Receita: V –Demonstrativo de Obras em Andamento.

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2026 estão estabelecidos no Plano Plurianual - PPA 2026/2029, Projeto de Lei nº 3.335/2025

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de

I – Intensificar ações para o equilibrio e controle financeiro municipal II – Democratizar e modernizar a gestão pública; III – Erradicação da evasão escolar e analfabetismo

IV - Priorizar o RPPS Municipal - Inativos e Pensionistas do Fundo Fi-V – Terreno para as novas instalações do cemitério municipal VI - Apoiar e contribuir para o desenvolvimento econômico, conservação e

melhorias do meio ambiente e setor agrícola; VII - Promover o bem-estar social VIII – Desenvolver o Programa Permanente de Controle Populacional de Cães e Gatos, através da esterilização cirúrgica, conforme Lei Municipal 2800/2018 bem como firmar convênios veterinários para atendimento de

animais doentes, em condições de maus-tratos ou abandonados, e ainda promover a construção de um centro de zoonoses; IX - Priorizar o acesso ao ensino fundamental e educação infantil, oferecendo ainda, transporte de estudantes da educação superior, conforme parágrafo único, do artigo 5º, da Lei Federal nº. 12.816/2013;

X - Apoiar o transporte urbano por meio da criação de circular interbairros XI – Priorizar o cumprimento das Emendas Impositivas XII – Priorizar a contratação de professores com especialização no método ABA para serem auxiliares nas instituições de ensino da rede municipal: XIII - Alcançar cobertura de 100% no Programa Estratégia Saúde da Família

§ 2º A execução das ações vinculadas às prioridades e metas, estará con dicionada a manutenção do equilibrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

Art. 3º Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e na Lei Orgânica Municipal, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2026 estão estabelecidas no PPA 2026/2029, tendo alocação dos recursos na Lei Or çamentária, todavia não constituindo limites a programação das despesas

Art. 4º O poder executivo ampliara e garantirá as políticas públicas em benefício da criança e do adolescente, pessoas idosas e portadores de deficiência promovendo satisfação aos munícipes necessitados.

Art. 5° As metas fiscais estão especificadas no Anexo II. elaborado de acordo com o § 1°, do art. 4°, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 abrangendo todos os órgãos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Art. 6º Na elaboração do Orçamento Fiscal buscar-se-á a contribuição da sociedade em um processo democrático participativo, voluntário e univer sal, em atendimento ao disposto no art. 44 da Lei Federal nº 10.257, de 10/07/2001 (Estatuto da Cidade)

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7° A Lei Orcamentária Anual para 2026 compreenderá o Orcamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social.

Art. 8º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus órgãos, autarquias, fundações e fundos, instituídos e mantidos pela Administração Municipal

Art. 9º Para efeito desta Lei, entende-se por

I - Diretrizes: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Progra II - Função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas

que competem ao setor público; III – Subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado

subconjunto da despesa do setor público; IV – Programa: o instrumento de organização da ação governa

visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual: V – Ação: específica a forma de alcance do objetivo do programa de governo descrevendo o produto e a meta física programada e sua finalidade, bem

como os investimentos, que devem ser detalhados em unidades e medidas VI – Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo continuo e permanente das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo

VII – Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiço amento da ação de governo;

VIII - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manu viii — Operação Especial, as despesas que não continuem para a manu-tenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou servicos: IX – Órgão Orçamentário: constitui a categoria mais elevada da classificação

institucional, ao qual são vinculadas as unidades orçamentárias responsáveis por desenvolverem um programa de trabalho definitivo; X – Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional

agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional:

XI - Modalidade de Aplicação: indica se os recursos serão aplicados dire tamente pela unidade detentora do crédito ou mediante transferência para

entidades públicas ou privadas; XII – Concedente: o órgão ou a entidade da administração pública direta ou

indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os

decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;
XIII – Convenente: o órgão ou a entidade da administração pública direita ou indireta dos governos federal, estadual, municipal e as entidades privadas, com as quais a Administração Municipal pactue a transferências de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes da descentralização de créditos orcamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orcamentos Fiscal e de Seguridade Social;

Art. 10. A receita orcamentária será discriminada pelos seguintes níveis

I - Categoria Econômica; II - Origem; III - Espécie; IV - Desdobramento V - Tipo

§ 1º A Categoria Econômica da receita, primeiro nível de classificação, está

I - Receitas Correntes - 1; II - Receitas de Capital - 2

§ 2º A Origem, segundo dígito da classificação das receitas, identifica a procedência dos recursos públicos em relação ao fato gerador no momento em que os mesmos ingressam no patrimônio público.

§ 3º A Espécie, terceiro dígito, possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos

§ 4º O Desdobramento, quarto ao sétimo dígito, tem o objetivo de identificar as particularidades de cada receita

§ 5º O Tipo, oitavo dígito, tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação

a que se refere aquela natureza, sendo

 1 – quando se tratar da arrecadação principal da receita 2 – quando se tratar de multas e juros de mora da respectiva receita

quando se tratar de dívida ativa da respectiva receita; 4 – quando se tratar de multas e juros e mora da dívida ativa da respectiva receita

5 – quando se tratar das Multas da respectiva receita quando a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da destinação dos Juros de Mora;

6 - quando se tratar dos Juros de Mora da respectiva receita, quando a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da destinação dos Juros de Mora; 7 – quando se tratar das Multas da Dívida Ativa da respectiva receita, quando

a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da Dívida Ativa da destinação dos Juros de Mora da Dívida Ativa;

8 – quando se tratar dos Juros da Dívida Ativa da respectiva receita, quando a legislação pertinente diferenciar a destinação das Multas da Dívida Ativa da destinação dos Juros de Mora da Dívida Ativa

§ 6º O Município poderá ainda efetuar desdobramentos de níveis de receitas

a partir do 9° dígito, observando o disposto no plano de contas padrão do TCE/PR, proporcionando maior transparência as contas públicas

Art. 11. Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a pro gramação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, com os dispositivos

da Portaria nº 42 e alterações de seu anexo, de 14 de abril de 1999, do

Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de

04 de maio de 2001, a discriminação da despesa por unidade orçamentária detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e as fontes de recurso

> I - Órgão Orçamentário: II - Unidade Orcamentária: III - Função; IV - Subfunção; V - Programa; VI - Projeto, Atividade ou Operação Especial VII - Categoria Econômica;

VIII - Grupo de Natureza da Despesa IX - Modalidade de Aplicação; X - Elemento de Despesa XI - Fonte de Recursos

§ 1º A Categoria Econômica está detalhada Despesas Correntes – 3

II - Despesas de Capital - 4. § 2º Os grupos de Natureza da Despesa constituem agregação de elementos da despesa de mesmas características quanto ao objeto do executado, ob-servando o seguinte detalhamento:

I - nessoal e encargos sociais - 1

- juros e encargos da dívida - 2 III - outras despesas correntes - 3

IV - investimentos - 4 V - inversões financeiras VI - amortização da dívida - 6

§ 3º A Reserva de Contingência do Orçamento Fiscal será identificada pelo digito 9, no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

§ 4º Na especificação das modalidades de aplicação será observada, no mínimo, o seguinte detalhamento

I - transferências à União - 20;

 II - transferências a Estados e ao Distrito Federal- 30: III - transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo 31; IV - transferências a Municípios – 40;

V - transferências a Municípios - Fundo a Fundo 41: VI - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - 50 VII - transferências a instituições privadas com fins lucrativos - 60; VIII - transferências a instituições multigovernamentais - 70; IX - transferências a Consórcios Públicos - 71; X - execução orçamentária delegada a Consórcios Públicos - 72

XI - transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - 73; XII - aplicações diretas - 90; XIII - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades

integrantes dos Organieros riscare da Seguridade social - 31, XIV - aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social com consórcio público do qual o ente participe - 93; XV - a definir - 99

Art. 12. A Lei Orçamentária Anual, para 2026, conterá a destinação de recursos

integrantes dos Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91:

classificados por Fontes de Recursos, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR § 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da modalidade de aplicação incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2026

e em seus créditos adicionais § 2º O Município poderá incluir na Lei Orcamentária Anual para 2026 outras fontes de recursos, para atender as suas peculiaridades, além das determi nadas pelo caput deste artigo.

Art. 13. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orcamento fiscal, no valor de até meio por cento da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2026, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A Reserva de Contingência prevista no caput será constituída, exclusi vamente, pelas Fontes de Recursos 000 (Recursos Ordinários - Livres), 069 (Receitas Intra-Orçamentárias - P. 869/05 STN) e 8080 (Recursos Próprios - Administração Indireta)

§ 2º Caso não seja necessária a utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, em todo ou parcial, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados à prestação de serviços públicos de assistência social, saúde, educação, defesa civil, ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública e precatórios

Art. 14. A Lei Orçamentária Anual para 2026 discriminará, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

 l - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas II – à manutenção das operações especiais: precatórios, indenizações restituições e PASEP;

III - ao cumprimento de sentencas judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; IV - ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na proposta orçamentá ria de 2026, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhan Legislativo, do correspondente Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias

Art. 16. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá L – o comportamento da arrecadação de receitas do exercício anterior

II - demonstrativo das despesas efetivamente executada no ano anterior por grupo de natureza de despesas: III - a situação observada no exercício de 2024 em relação aos limites que tratam a Lei Complementar nº 101/2000

§ 1º O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal os Projetos de Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais por meio tradicional ou eletrônico, com sua despesa discriminada por elemento de despesa e com a identificação da

Art 17 O Projeto de Lei Orcamentária Anual para 2026, que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislatina azulad para 2020, que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até 05 de setembro de 2025, cumprindo o disposto no art. 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei nº 4.320/64, que será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados; III - anexos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma da legislação vigente;

IV - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o inciso II do § 5º, do art. 165 da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei; V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal

§ 1° Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os quadros a que se refere o inciso III do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64

são os seguintes

I - resumo das receitas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica;

II - resumo das despesas do Orcamento Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica; III - receita e despesa, do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, segundo as categorias econômicas, conforme Anexo I da Lei Federal nº 4320/1964.

IV - evolução da receita do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes; V - receita do Orcamento Fiscal e da Seguridade Social, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei Federal nº 4320/1964;

VI - despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, segundo o poder e o órgão e os grupos de natureza de despesa; VII - evolução da despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social segundo as categorias econômicas e os grupos de natureza de despesa;

VIII - despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, segundo a função a subfunção, o programa e os grupos de natureza de despesa; IX - da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal; X - da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvol vimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

- FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto; XI - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades, com a respectiva legislação XII - da aplicação dos recursos para o financiamento das despesas do Poder Legislativo Municipal, conforme a Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009 e o art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000:

XIII - da receita corrente liquida, com base no art. 1º, § 1º, inciso IV, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, e da despesa com pessoal; XIV - da aplicação dos recursos reservados à saúde, conforme a Emenda

Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000; XV - resumo das fontes de financiamento e da despesa do Orçamento de Investimento, segundo o órgão, a função, a subfunção e o programa.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 18. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de 7,00 (sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas nos arts. 153, § 59, 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com as Emendas Constitu cionais nº 25/2000 e nº 58/2009.

§ 1º O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.

§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsidios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal, e conformidade com a Lei Orgânica do Município Art. 19. A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada

pela Câmara Municipal, e entregue à Secretaria Municipal de Fazenda até o dia 20 de agosto do corrente ano, observados os parâmetros e as diretrizes estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação do PPA 2026/2029 e Lei Orçamentária/2026 Art. 20. O Legislativo Municipal deverá encaminhar o orçamento impositivo EC

CAPÍTULO IV

126/2022, para inclusão na Lei Orçamentária Anual/2026 juntamente com a proposta orçamentária até a data contida no Artigo 19º supracitado.

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 21. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orcamentária de 2026 permitirão o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, assegurando, assim, o controle social e

§ 1° O princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamen

§ 2º O princípio da transparência implica além da observância ao princípio o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento

§ 3º Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo deverá manter atualizado endereço eletrônico de livre acesso a todo cidadão, com os dados e as informações

descritos no art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 § 4° Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso

I - pelo Poder Executivo: a) da Lei Orçamentária e seus anexos; b) do Relatório Resumido da Execução Orcamentária: c) do Relatório de Gestão Fiscal

d) das alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais. II - pelo Poder Legislativo:

a) no que lhe couber, dos instrumentos de gestão previstos no art. 48, caput da Lei Complementar nº 101/2000 Art. 22. A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2026 e a aprovação e execução da respectiva lei deverão levar em conta o alcance das disposições

do Anexo de Metas Fiscais, constantes no Anexo II desta Lei Art. 23. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual para 2026, e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos

das ações e da avaliação dos resultados dos Programas de Governo Art. 24. Na programação da despesa não poderá ser fixada despesa sem que esteja definida a respectiva fonte de recurso e legalmente instituída a

unidade executora. Art. 25. É obrigatória a inclusão, na Proposta da Lei Orcamentária Anual para 2026, dos débitos decorrentes de Precatórios Judiciários, apresentados até 1° de julho, data em que terão atualizados os seus valores, conforme § 1° do

art. 100 da Constituição Federal Art. 26. Somente será incluído na Lei Orcamentária Anual dotações para amortização de precatórios que contenham

I - Certidão de trânsito em julgado dos embargos II - Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos

Art. 27. A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Mu nicipal de Fazenda, até 30 de junho do exercício corrente, a relação de débitos decorrentes de precatórios judiciários a serem incluídos na proposta orçamentária de 2026.

Parágrafo Único. A forma de pagamento e atualização monetária dos precatórios e das parcelas resultantes observarão no exercício de 2026, os índices adotados pelo Poder Judiciário conforme legislação vigente

Art. 28. O Município poderá firmar parcerias voluntárias envolvendo ou não transferências financeiras através de chamamento público, prevista na Lei Orçamentária, a título de "subvenções sociais", a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham as seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, para consecução de finalidade de interesse público: associações, cooperativas, organizações não-governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e/ou organizações sociais; III - que se achem em dia quanto ao pagamento de tributos devidos ao ente

8 1º Os renasses de recursos serão efetivados através de termos de colabora ção ou fomento, conforme determina a Lei nº 13.204/2015 e suas alterações § 2º Para habilitar-se ao termo de colaboração ou fomento a entidade privada

últimos três anos e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria § 3° As entidades beneficiadas nos termos deste artigo encaminharão ao órgão repassador, a prestação de contas dos recursos recebidos na forma física e através do SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficando impossi

sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos

bilitado de receber novo repasse caso tenha prestação de contas pendente bilizada à população, através do órgão repassador do recurso.

§ 5º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualque título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar-se o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 29. A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá

ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses

locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar Federal nº 101/2000. Art 30 É vedada a aplicação da receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada, por lei, aos regimes de previdência social, geral e próprio

dos servidores públicos, conforme art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal Art. 31. Observadas as prioridades a que se refere o art. 2º desta, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da administração direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e

sociedades de economia mista, se I - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio: II - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito;

III - houver a comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira Art. 32. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9° e no inciso II, do § 1° do art. 31, ambos da Lei Complementar Federal n° 101/2000, o Poder Executivo procederá à respectiva limitação de empenho

e de movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes promovido por

§ 1° Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento

dos serviços da dívida § 2º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo

hierarquizadas I - com pessoal e encargos sociais;

II - com servico da dívida fundada: III - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101/2000

§ 3º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira

Art. 33. Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de

despesas, que resultem na execução das mesmas, sem o cumprimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 34. Para os efeitos do art. 16, da lei Complementar Federal nº 101/2000 I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 17, da Lei Federal nº 14.133/21.

II - entende-se como despesas irrelevantes àquelas cujo valor não ultrapasse para bens e servicos, os limites dos incisos I e II, do art. 75, da Lei nº 14,133/21 Art. 35. As propostas de criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, entendida como aquela que constitui ou venha a constituir em

obrigação constitucional, além de atender ao dispositivo no art. 17, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, deverão ser encaminhadas previamente

à Secretaria Municipal de Fazenda. Art. 36. A abertura de créditos adicionais dependerá da existência de recursos

disponíveis e será apresentada na forma e com detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual. Parágrafo único. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivo circunstanciadas que justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução

das atividades, dos projetos e das operações especiais Art. 37. É obrigatória a destinação de recursos para compor contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de amortização, juros e outros encargos, observando o cronograma de desembolso de cada operação

Art. 38. A receita total do Município prevista no Orçamento Fiscal será programada de acordo as seguintes prioridades: I - pessoal e encargos sociais;

III - garantia dos princípios constitucionais, em especial no que se refere em educação e saúde; IV – pagamento de sentenças judiciais V – contrapartida de convênios, financiamentos e operações de crédito; VI – reserva de contingência.

II – custeio administrativo e operacional:

Parágrafo Único. Somente após atendidas as prioridades supra arroladas poderão ser programados recursos para atender novos investimentos. Art. 39. As obras já iniciadas terão prioridade na alocação de recursos para a sua continuidade e/ou conclusão

Art. 40. O Poder Executivo, mediante decreto, fica autorizado a transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual para 2026 e em créditos adicionais, e ainda em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos, entidades ou fundos, bem como de alterações de suas competências e atribuições, mantida a estrutura programática expressa por categoria de programação.

Parágrafo único. A autorização de que trata o caput deste artigo, poderá resultar em alteração de valores das programações, aprovadas pela Lei Orcamentária Anual para 2026 ou em créditos adicionais, podendo haver ajuste na classificação funcional. Art. 41. A Lei Orcamentária Anual para 2026 somente contemplará dotação

para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão Art. 42. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar a programação finan ceira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por

§ 1° O Legislativo Municipal deverá enviar ao Poder Executivo até 10 dias após a aprovação da Lei Orçamentaria Anual do exercício subsequente, a

entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

programação de desembolso mensal para o refe

publicação da Lei Orçamentária de 2026. Art. 43. Cabe a Divisão de Diretrizes Orçamentárias e Planejamento a res

II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus órgãos, autarquias, fundações, fundos

III - as instruções para o devido preenchimento das propostas dos orçamentos de que trata esta Lei.

CAPÍTULO V

Art. 44. No exercício financeiro de 2026, as despesas com pessoal dos Pode res Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18

Art. 45. A instituição, na concessão e aumento de qualquer vantagem pecuni de competências, crescimento horizontal, crescimento vertical, transição mudança de área de atuação e atividade, os programas de qualidade, pro-dutividade e remuneração variável, mobilidade nos limites legais vigentes e a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos, autarquias, inclusive fundações instituídas pelo Município, observado o contido no inciso II, do art 37, da Constituição Federal, poderão ser levados a efeito para o exercício de 2026, de acordo com os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 25, de 2000, na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na legislação

Art. 46. No exercício financeiro de 2026, observado o disposto no artigo

I – existirem cargos vagos a preencher II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa:

III – forem observados os limites do artigo 22, inciso IV, da Lei Complementa nº 101/2000.

Complementar nº 101/2000.

empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta das atividades que, simulta

I – seiam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma do regulamento:

total ou parcialmente; III – não caracterizam relação direta de emprego

Art. 48. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da lei Complementar Federal nº 101/2000, a realização de servicos extraordinários fica restrita a situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

pessoal e encargos sociais

CAPÍTULO VI

Art. 51. Os tributos municipais poderão sofrerem alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria ou ainda em razão de

da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequentemente aumento das receitas próprias

Art. 54. Em consonância a Lei Municipal nº 2080/2004 e suas alteraçõe: através da Lei Municipal nº 2272/2008 fica concedido isenção total ou parcial

inclusive com promoção de sorteios públicos para contribuintes e/ou responsáveis tributários Art. 56. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio

nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas do resultado nominal e primário

plementar 101/2000.

CAPÍTULO VII

Art. 58. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento do serviço da dívida municipal e da despesa decorrente de débitos de refinanciados, inclusive com a previdência social

Parágrafo único. Serão destinados recursos de livre movimentação para o atendimento de despesas com amortização, juros e outros encargos da dívida proveniente de operações de créditos, dívidas tributarias e previdenciárias contratadas e/ou autorizadas até o exercício financeiro de 2026

estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII

Art 60 Os valores das metas fiscais em anexo, devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações, de forma a acomodar a trajetória que as determinem, até o envio do Projeto da Lei Orçamentária

Art. 62. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal em tempo hábil, a programação dele constante

ao Legislativo Municipal, enquanto não se completar o ato sancionatório. Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica às despesas na área de educação, saúde e assistência social, bem como as despesas da dívida pública municipal, podendo os gastos ser realizados em sua totalidade

tos Adicionais enquanto não iniciada a votação no tocante às partes cuja

Art. 65. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43 da

das metas fiscais previstas nesta Lei, em atendimento ao artigo 9º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 101/2000 Art. 67. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de

§ 1º A lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite

sição de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as

§ 2º O Poder Executivo deverá publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até 30 (trinta) dias após a

ponsabilidade pela coordenação do processo de elaboração e consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de que trata esta Lei

Parágrafo único. A Divisão de Diretrizes Orçamentárias e Planejamento

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO

19 e 20. da Lei Complementar nº 101/2000, e demais legislações em vigor ária ou remuneração, a criação de cargos, a adaptação e implementação nos planos de carreira e seus respectivos movimentos - sistema de mapeamento

municipal vigente.

169, da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se

Parágrafo Único. A criação de cargos, empregos ou funções somente poderá ocorrer depois de atendimento ao disposto neste artigo, no artigo . 169, § 1º, incisos I e II da Constituição Federal e nos artigos 16 e 17 da Lei

Parágrafo Único. Não se consideram como substituição de servidores e

enquadrar-se nas determinações desta lei, com relação às despesas com

interesse público relevante

ao IPTU, do Imposto sobre Servicos dos Autônomos e Sociedades de is - ISS FIXO e das Taxas Mobiliárias, no exercício de 2026, po ato do Poder Executivo não poderá ser superior a 15% (quinze por cento)

Art. 55. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar programas, cam panhas e atividades institucionais de implemento da arrecadação tributária

Art. 57. Os tributos lancados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa cuios custos de cobrança seiam superiores ao crédito tributário, poderão

DISPOSIÇÕES GERAIS

poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze) avos do total de cada dotação, na forma da Proposta do Orçamento remetida

Art. 63. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Pode Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Crédi

Lei 4320 de 1964.

previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320 de 1964 e da Constituição Federal

I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

sição legal em contrário, ou guando se tratar de cargo ou categoria extinta

Art. 49. O Poder Legislativo, durante o exercício financeiro de 2026, deverá

Art. 52. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026 contemplará medidas de aperfeiçoamento

crédito presumido, isenção em caráter não geral, de alteração de alíquota ou de modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de

ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto do art. 14. § 3º. II. da Lei Com

Art. 61. O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, especificando por projetos, atividades e operações especiais os elementos de despesas do Orcamento Fiscal e da Seguridade Social.

para 2026 ao Legislativo Municipal.

Art. 64. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a Lei de Diretrizes Or

Art. 66. Cabe à Controladoria do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento

para a abertura de créditos adicionais suple:

Colorado PR, 227de Setembro de 2025

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa dispo-

Art. 50. A proposta orçamentária para 2026 assegurará recursos para qua lificação de pessoal e visará o aprimoramento e treinamento dos servidores municipais, que ficarão agregados a programa de trabalho específico.

Art. 53. O desconto para pagamento integral e à vista do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, das Taxas agregadas

tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento

Art. 59. Na Lei Orçamentária Anual poderá ser incluídos recursos provenie

çamentárias e seus anexos, sempre que houver necessidade, com prévia autorização do Legislativo.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais expo

Rosimeire Chiquim Prefeita

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

de pagamento de IPTU/TSU aos munícipes enquadrados nos critérios e mentações especificadas previstas na legislação supracitada.

DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚLICA MUNICIPAL

tes de operações de crédito mediante contratação, respeitando os limites

Art. 68. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA

Estado do Paraná CNPJ nº 76.970.391/0001-39

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ONDE SE LÊ:
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 93-93/2025. OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO
COM A FINALIDADE DE CREDENCIAR PRODUTOR RURAL PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS
ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À COMPLEMENTAÇÃO DE CARDÁPIO PARA AS INSTITUIÇÕES DA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação do
município de Paranapoema/PR. FUNDAMENTO: LEI 14.133/2021, e demais normas
complementares e disposições presentes em seu contrato. COOPERATIVA AGROECOLÓGICA VALE
DO IGUAÇU inscrito no CNPJ sob o nº, 06.261.279/0001-43 CONTRATANTE: Município de
Paranapoema (CNPJ nº 76.970.391/0001-39). VALOR DO CONTRATO: R\$ 63.921.00 (sessenta e
**râc mil povecentos e vinte e um reais):

três mil, novecentos e vinte e um reais): 343 06.014.12.306.0035.2.262.3.3.90.32.00.0 01000 06.014.12.306.0035.2.262.3.3.90.32.00.0 06.014.12.306.0056.2.311.3.3.90.32.00.0 06.014.12.306.0056.2.311.3.3.90.32.00.0

DATA DA ASSINATURA: 18/09/2025. Sidnei Frazatto, Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 93-93/2025. OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO COM A FINALIDADE DE CREDENCIAR PRODUTOR RURAL PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À COMPLEMENTAÇÃO DE CARDÁPIO PARA AS INSTITUIÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação do município de Paranapoema/PR. FUNDAMENTO: LEI 14.133/2021, e demais normas complementares e disposições presentes em seu contrato. COOPERATIVA DE PRODUCAO AGROPECUARIA VITORIA - COPAVI, inscrita no CNPJ/MF nº 73.672.412/0001-41. CONTRATANTE: Município de Paranapoema (CNP) n° 76.970.391/0001-39). VALOR DO CONTRATO: R\$ 63.921,00 (sessenta e três mil, novecentos e vinte e um reais):

06.014.12.306.0035.2.262.3.3.90.32.00.0 06.014.12.306.0035.2.262.3.3.90.32.00.0 06.014.12.306.0056.2.311.3.3.90.32.00.0 06.014.12.306.0056.2.311.3.3.90.32.00.0

DATA DA ASSINATURA: 18/09/2025. Sidnei Frazatto, Prefeito Municipal



Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paco Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175- Vila Bernardino Bogo - Claisa Postal 81 - CEP 87160-000

CNP 176.285,329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br

DECRETO Nº 9757/2025

O Sr. José Roberto Mendes, Prefeito Municipal de Mandaguaçu-PR am conferidas pela Lei Orgânica do Município e autorização contida n no exercício das atribuições que lhe for Lei Municipal nº 2.406 de 08 de dezemb

DECRETA:

Art. 1° - Fica aberto crédito adicional SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Mandaguaçu-corrente exercício, no valor total de R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais) destinado a intar as seguintes dotações.

Programa Trabalho Elemento	Código Local	Descrição	Fonte	Valor
07.002.08.244.0009.2.025		Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
4.4.90.52	294	Equipamentos e Material Permanente	0.848	198.000,00
		Total de Suplementações		198.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o <u>presente decreto</u>, serão utilizados o recurso to art. 43, inciso II, da Lei Federal 4.320/64, a saber:

Descrição
Emenda Parlamentar Welter - Aquisição Veículos Social - 198.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicaçã





Prefeitura do Município de Mandaguaçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
175 - Vila Bernadino Bogo - Caixa Posti
CNP J 76.285.329/0001-08

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2025

Autorização Governamental: Emendas Impositivas nº 15/2024

Valor do repasse: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Origem do Recurso: Emenda Impositiva.

Concedente: Município de Mandaguaçu/Pr (CNPJ sob o nº 76.285.329/0001-08).

Representante do Concedente: Sr. José Roberto Mendes, Prefeito Municipal Tomador: Associação Comunitária Da Vila Rural Elza Lerner (CNPJ sob nº

01.636,017/0001-00).

Representante do Tomador: Sr. Rogério Ricardo Ferreira - Presidente.

Objeto: Aquisição de bens permanentes destinados à estruturação de suas atividades produtivas e institucionais

Dotação orçamentária: 15.001.20.122.0024.2.059.3.3.50.43.00.00.00.00 Fiscal do Termo de Colaboração: Fabiani Ferrarezi.

Gestora do Termo de Colaboração: Paula Silva Figueiredo Prazo de vigência: 22/09/2025 a 31/12/2025

Mandaguacu/Pr, 22 de setembro de 2025





Prefeitura do Município de Mandaguaçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 CEP 87.160-266
PÄBX/FAX (44)3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08 www.mandaguacu.pr.gov.br

PORTARIA Nº 7574/2025

O Senhor José Roberto Mendes, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Senhor (a) PAULINE CALLEGARI MENEGAZZO, servidor (a) municipal, ocupante do cargo de Nutricionista, LICENÇA PRÊMIO, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar de 22 de setembro de 2025, referente ao período de 15/09/2020 a 14/09/2025, de conformidade contida no artigo 89 da Lei Municipal nº 1621/08 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Mandaguaçu).

Mandaguacu, 22 de setembro de 2025.





Prefeitura do Município de Mandaguaçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
rrdino Bogo, 175 - Caixa Postal 81 — CEP: 87160-000.
one: (44)3245-8400 - CNP) 76.285.329/0001-08
aguacu.pr.gov.br - E-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br

PORTARIA Nº 7577/2025

O Senhor José Roberto Mendes, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais RESOLVE:

Art. 1º Institui e nomeia a Comissão de Monitoramento e Avaliação, cuja finalidade é monitorar e avaliar as parcerias celebradas entre o municipio de Mandaguaçu-Pr, com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração, fomento ou acordo de cooperação.

Art. 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação de que trata o artigo

Nome	Cargo/Função	Matrícula
Thais Regina Maquea Batalini	Diretora de Vigilância Socioassistencial	500563
Otávia Fulgêncio da Silva	Professora de Educação Infantil	201501
Ana Paula Garcia André Degan	Professora de Ensino Fundamental	201668
Felicidade de Assis Carvalho	Diretora de Proteção Social Especial	500552

Art. 3º É de competência da Comissão de Monitoramento e Avaliação todos os stinados a esta por força da Lei Federal nº 13019/2014 e Decreto Municipal nº 6330/2017, das quais deverá tomar prévio conhecim

Art. 4º Fica revogado em especial a Portaria nº 7380/2025. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Mandaguaçu-Pr, 22 de setembro de 2025.



PORTARIA Nº 146/2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, Estado do Paraná MARCELO FERREIRA RODRIGUES, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Art. 1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias à servidora JOCELI APARECIDA GERALDO VOLPATO, matrícula nº 15778, ocupante do cargo de Agente de Serviços Operacionais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, regida pelo regime jurídico único estatutário, referentes ao período aquisitivo de 15/08/2023 a 14/08/2024.

Art. 2º O gozo das férias ocorrerá no período de 22/09/2025

publicação

a 21/10/2025.

Edificio da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua

aná, em dezenove de dois mil e vinte e cinco





PORTARIA Nº 145/2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, Estado do Paraná, MARCELO FERREIRA RODRIGUES, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Art. 1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias à servidora LAINE LOTO VIOLATO, matrícula nº 2001890, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria de Ação Social e Cidadania, regida pelo regime jurídico único estatutário, referentes ao período aquisitivo de 13/10/2024 a 12/10/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua

Art. 2º O gozo das férias ocorrerá no período de 22/09/2025

Edificio da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, em vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e cinco





PORTARIA Nº 144/2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, Estado do Paraná. MARCELO FERREIRA RODRIGUES, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONSIDERANDO os atestados médicos apresentados pelos servidores celetistas relacionados esta Portaria, bem como a consequente necessidade de afastamento temporário de suas atividades laborais até a realização da perícia médica e decisão do INSS,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o afastamento, para tratamento de saúde, dos seguintes servidores celetistas, até a realização de perícia médica e decisão definitiva do INSS, conforme prazos indicados nos respectivos atestados

- Andreia Castilho Colavite 90 (noventa) dias;
- Antônio Laurindo da Silva Filho 90 (noventa) dias:
- Antônio Carlos Moretto 180 (cento e oitenta) dias;
- Franciele Rodrigues 60 (sessenta) dias:
- Gislaine Ribeiro da Silva Freires 30 (trinta) dias: Ivone da Silva Bachega - 60 (sessenta) dias;
- . José Carlos Lones 90 (noventa) dias:
- Leidivânia Lopes da Silva 90 (noventa) dias;
- Marlete Ramos da Silva 90 (noventa) dias; · Odair da Silva Santos - 120 (cento e vinte) dias;
- Valdemir Ismael dos Santos 90 (noventa) dias;
- Valeriane Ferreira dos Anjos 45 (quarenta e cinco) dias; Vera Lúcia Casarin – 180 (cento e oitenta) dias:

Art. 2º - O afastamento ora autorizado será válido até decisão do INSS, ficando o servidor desobrigado de comparecimento às suas atividades laborais nesse período.

Art. 3º - Os encargos da Administração Municipal se limitam ao dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação previdenciária aplicável.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, em dezessete de setembro de dois mil e vinte e cinco





PORTARIA Nº 147/2025

Colorado, 17 de setembro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DO ART. 8º, DA LEI

RESOLVE:

Concede-se ao funcionário ELDNON ALVES BEGA, portador do RG nº 28.320.016-9/PR e inscrito no CPF nº 023.565.799-90, ocupante do cargo de Serviços Operacionais, contratado por esta Municipalidade através do regime jurídico único estatutário e lotado na Secretaria Municipal de Obras, unaves no regime juntareo unico estatutario e lotatio na secretaria Municipal de Coras, Urbanismo e Serviços Públicos, licença para tratamento de saúde pelo período de 10 (dez) dias, a ser usufruído no período de 11/09/2025 a 21/09/2025, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e da Lei Municipal nº 2.343/2009, de extratorios.

Edificio da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e





disposições em contrário.

PORTARIA Nº 150/2025

Súmula: DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DOS RECURSOS DO RPPS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSIMEIRE CHIQUIM, Prefeita de Colorado, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, inciso VI, da Lei Orgânica do Município: RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor DENIS HENRIQUE RODRIGUES DE JEJUS, matrícula nº 19811, ocupante do cargo de Agente Administrativo, como Gestor de Recursos do

RPPS, junto ao Instituto da Previdência do Município de Colorado/PR Art. 2º - O período de afastamento perdura até o fim do mandato eletivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as

Colorado, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2025

Junfrent ROSIMEIRE CHIQUIM Prefeita de Colorado



Extrato de Termo Aditivo nº 05/2025 do Contrato nº 1437-1067/2021.. OBJETO TERMO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE REDE ELÉTRICA EM PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA/PR., Prorrogação de prazo de vigência e valor., CONTRATANTE: Município de Paranapoema/PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita CNPJ 76.970.391/0001-39 e SOLANGE BEZERRA DE QUEIROS COSTA 21336446870, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.974.861/0001-12, doravante denominada CONTRATADO, FUNDAMENTO: Nos termos do Art. 57, inciso II da Lei, da Lei 14.133/2021. VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 33.960,00 (trinta e três mil reais, novecentos e sessenta reais). DATA DO ADITIVO: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05/09/2025., Red. 06.006.27.812.0033.2.248.3.3.90.39.00.00, Sidnei Frazatto, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA Estado do Paraná CNPJ nº 76.970.391/0001-39

Extrato de Termo Aditivo nº 01/2025 do Contrato nº 123-123/2024 OBJETO TERMO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVICO DE PROPAGANDA VOLANTE, ATRAVÉS DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E EVENTOS DO MUNICÍPIO, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Paranapoema/PR, Prorrogação de prazo de vigência e valor., CONTRATANTE: Município de Paranapoema/PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita CNPJ 76.970.391/0001-39 e LAYOLINE FERREIRA LIMA, inscrita no CNPJ/MF n.39.432.016/0001-09, doravante denominada CONTRATADO., FUNDAMENTO: Nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021. VALOR TOTAL DO ADITIVO: Valor total R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). DATA DO ADITIVO: ORÇAMENTÁRIA: DOTAÇÃO 08/09/2025.

Red. 08.010.08.244.0050.2.310.3.3.90.39.00.00. , Sidnei Frazatto, Prefeito Municipal.

CNPJ nº 76.970.391/0001-39

Red.03.003.04.122.0012.2.206.3.3.90.39.00.00. Red.05.009.10.301.0019.2.297.3.3.90.39.00.00. Red.06.014.12.361.0030.2.281.3.3.90.39.00.00.



Extrato de Termo Aditivo nº 01/2025 do Contrato nº 122-122/2024 OBJETO TERMO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROPAGANDA VOLANTE, ATRAVÉS DE CARRO DE SOM PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E EVENTOS DO MUNICÍPIO, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Paranapoema/PR, Prorrogação de prazo de vigência e valor., CONTRATANTE: Município de Paranapoema/PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita CNPJ 76.970.391/0001-39 e DENIS FRANTCHESCO CABRAL E CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF n. 17.433.534/0001-04, doravante denominada CONTRATADO., FUNDAMENTO: Nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021. VALOR TOTAL DO ADITIVO: Valor total R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). DATA DO ADITIVO: DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA: 09/09/2025 Red.

03.003.04.122.0012.2.206.3.3.90.39.00.00, Sidnei Frazatto, Prefeito Municipal.



PORTARIA Nº 148/2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, Estado do Paraná, MARCELO FERREIRA RODRIGUES, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE: Art. 1º Fica nomeado o Sr. CLAUDENIR ANTUNES DOS

SANTOS, matrícula nº 10223, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para desempenhar

suas atividades no Departamento de Recursos Humanos Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua

publicação

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, em vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e cinco





PORTARIA Nº 149/2025

Súmula: CONCEDE AFASTAMENTO PARA EXERCER CARGO ELETIVO DE VEREADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSIMEIRE CHIQUIM, Prefeita de Colorado, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, inciso VI, da Lei Orgânica do Município: RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento para exercício de mandato eletivo de Vereador, sem remuneração, ao Servidor efetivo Sr. BRUNO VIOTTO COSTA, matricula nº 19118, com o cargo de Agente de Veículos Automotores, nos termos do art. 144, inciso I, e Art. 145, ambos da Lei 788/93, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais. Art. 2º - O período de afastamento perdura até o fim do mandato eletivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário Colorado, Estado do Paraná, 22 de setembro de 2025

ROSIMEIRE CHIQUIM